



ELO



PORTE
PAGO

ANO X
N.º 124
MENSAL
AG.-SETEMBRO
1984
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

POR DECRETO JÁ APROVADO RECONHECIDOS AOS MILÍCIAS DIREITOS DOS DFA

PÁG. 3

**SECRETÁRIO GERAL DA FEDERAÇÃO MUNDIAL
DE ANTIGOS COMBATENTES (FMAC)
ESTEVE EM PORTUGAL DE 5 A 7 DE SETEMBRO**

- **PREPARAÇÃO DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS EUROPEUS A REALIZAR EM LISBOA EM FEVEREIRO DE 1985 CONSTITUIU FINALIDADE DA VISITA**
- **SERGE WOURGAFT CONCEDEU ENTREVISTA AO «ELO»**

PÁG. CENTRAIS



O Secretário Geral da FMAC em reunião com a direcção da ADFA

Filhos de um Deus menor



— A DEFICIÊNCIA
E OS SEUS
PRECONCEI-
TOS EM CENA

— PARA ALÉM DO
DEFICIENTE
ESTÁ A PES-
SOA

PÁG. 9

**DIRECÇÃO DA ADFA
RECEBIDA PELO PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

PÁG. 2

**CORTADO FORNECIMENTO
DE SENHAS DE GASOLINA
A DEFICIENTES DO SERVIÇO**

PÁG. 3

- **A REABILITAÇÃO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL** PÁG. 12
- **LEI ORGÂNICA DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO** PÁG. 12
- **MOVIMENTO DE DEFICIENTES EM PORTUGAL
— ENTREVISTA COM LOMELINO VICTOR (conclusão)** PÁG. 4
- **HÁ 10 ANOS** PÁG. 5
- **ENTREVISTADO SÓCIO DA DELEGAÇÃO DE COIMBRA** PÁG. 8

PRESIDENTE DA C.M.L. RECEBEU PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

DIRECÇÃO CENTRAL DA ADFA

A pedido da Associação dos Deficientes das Forças Armadas o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, eng. Cruz Abecassis recebeu, em audiência, no passado dia 10 de Agosto, a Direcção Central da ADFA, tendo o encontro decorrido num ambiente franco e aberto, não sendo alheio a tal facto, as boas relações que a ADFA vem mantendo com o NIPRED.

De acordo com uma das pretensões aprovadas na Assembleia Geral Nacional da ADFA, em 14 de Janeiro passado, e que constituíram um dos pontos da proclamação do Décimo Aniversário, a Direcção Central levou até ao Senhor Presidente da C.M.L. o desejo de, na toponímia da cidade de Lisboa, ser atribuído, a uma praça ou avenida, o nome de «Deficientes das Forças Armadas», pretendendo-se ainda, erigir, no mesmo local, um monumento que ateste o sacrifício de todos os portugueses, que especialmente no período de 1961 a 1974 foram chamados a servir as Forças Armadas em situação de perigo ou perigosidade, passando a conter o reflexo da considera-

ção que os valores morais e patrióticos por eles representados devem merecer por parte da Nação.

Esta pretensão da ADFA foi recebida pelo sr. Presidente da Câmara Municipal com total disponibilidade, oferecendo-se, ele próprio, de imediato, para apresentar tal proposta numa das próximas sessões da Câmara.

Foi-nos adiantado pelo sr. eng. Cruz Abecassis, ser de inteira justiça que na capital do país exista um espaço digno, dedicado aos Deficientes das Forças Armadas.

Quanto à edificação do monumento alusivo aos Deficientes das Forças Armadas, e aos valores que eles representam, informámos o sr. Presidente de que no dia 14 de Maio do corrente ano, após a sessão solene comemorativa do 10.º aniversário, foi inaugurada pelo Chefe da Casa Militar de S. Ex.º o Senhor Presidente da República, em representação desta, uma escultura de dimensões reduzidas, que será transferida para um local a designar pela C.M.L., sendo ampliada de acordo com o enquadramento

arquitectónico do lugar a designar.

Assim, ficámos com a certeza de que, a curto prazo, os Deficientes das Forças Armadas poderão contar com um local digno na cidade de Lisboa onde, conjuntamente possamos comemorar publicamente as nossas efemérides mais significativas, atestando-se igualmente aos vindouros a marca pesada duma guerra, que deverá, sobretudo, no momento presente, ser o esteio da defesa da Paz.

A propósito da realização em Portugal, no mês de Fevereiro do próximo ano, da reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus da FMAC, que será organizada pela ADFA, de acordo com o deliberado na última reunião da CPAE em Altman, na RFA, nos dias 25, 26, 27 de Janeiro de 1984 obtivemos, igualmente, o empenho do sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para que nos sejam facultados apoios no âmbito do programa social que este tipo de reuniões costuma ter, como visitas guiadas à cidade, recepções, etc.

Após a solicitação por escrito destes apoios para a reunião da CPAE, fomos já contactados pelo NIPRED para planearmos o tipo de colaboração que iremos receber da C.M.L., nesta matéria.

Foi por nós referido, tendo em conta as relações que vimos mantendo com o NIPRED, a importância da criação de tais serviços junto da C.M.L. iniciativa que consideramos dever ser adoptada por todas as autarquias, a fim de a que nível local possam ser encontradas soluções que melhor respondam às necessidades dos deficientes nas várias áreas como a habitação, emprego, barreiras arquitectónicas, etc.

Estando o Presidente da Câmara informado de todo o histórico da presença da ADFA no Palácio da Independência, nossa Sede, prontificou-se, caso o desejássemos, a apoiar significativamente um plano de raiz para uma nova Sede para a ADFA, proposta que será tida em conta nas negociações que actualmente mantemos com as várias entidades.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO S. N. R.

N.º 1 JAN/MAR-84

Com o lançamento deste primeiro número pretende o Centro de Documentação do S. N. R. levar ao conhecimento dos utilizadores as publicações aí entradas.

Boletim Informativo do CNAD

N.º 6 Junho de 84

Entre outras notícias contem um comunicado da ADFA à imprensa.

Jornal dos Reformados

N.º 117 e 118

APDP — Órgão da Associação Portuguesa dos Diabéticos de Portugal n.º 127-128 de Maio de 84. Realçamos um artigo de C. A. Rego de Aguiar.

o Bife — Instituição Nacional JORNAL DE ALENQUER N.º 176

Publicou o artigo «A deficiência está nos olhos dos outros» inserto no «Elo» n.º 123.

Reabilitação

N.º 17 DE NOV/DEZ 83

Com este número «encerrou-se» uma fase da revista. Há a promessa de melhoria de qualidade e maior regularidade de se bem que, por motivos de ordem financeira, o seu aspecto será possivelmente menos atraente.

MINUSPORT N.º 56

Destacamos «Ante los Guegos Olímpicos de Nassau-Nueva York-1984.

ESCOLA NA NOSSA DELEGAÇÃO EM ÉVORA

Desde há 4 anos que estão a funcionar aulas do Ensino Básico para adultos na nossa delegação de Évora. São ministradas pelo professor Francisco Caeiro Tendeiro, que tem desenvolvido um trabalho persistente na formação de adultos sócios da ADFA e, também, de ocupação dos tempos livres de familiares dos DFA.

A leitura é para o adulto um meio capaz de completar a sua cultura sem o auxílio dos outros.

Ensinar as pessoas a ler é abrir-lhes o caminho do desenvolvimento intelectual.

No entanto, temos de ter cuidado com uma ilusão; saber ler não é apenas traduzir na linguagem interior ou, na linguagem falada, os sinais gráficos de um texto impresso ou manuscrito, isto não é leitura mas sim decifração. Saber ler é essencialmente compreender com exactidão aquilo que se leu e ser capaz de lhe apreciar as ideias principais e secundárias e também saber julgar, reflectir e de tomar posição.

Para tal, contribui imenso a leitura silenciosa, na qual o esforço mental é maior e o conhecimento e a percepção do conteúdo é mais nítido do que a leitura oral. Mas todo o saber de que dispomos, todos os conhecimentos e práticas que adquirimos, só têm verdadeiro valor se os utilizarmos inteligentemente se forem parte integrante da nossa personalidade.

É reflectindo, comparando, julgando, pensando o pró e o contra, emitindo hipóteses cujo bom funda-

mento procuramos assegurar pelo raciocínio, que agimos como seres dotados de razão. A escola limita-se, demasiadas vezes, a fazer registar conhecimentos sem se preocupar muito em dar oportunidades de os utilizar. Põe no primeiro plano, o treino da memória, mas desdenha a cultura do raciocínio e do julgamento, quando deveria orientar os seus esforços para multiplicar as ocasiões de pôr os alunos perante problemas a resolver para agudizar o seu sentido crítico.

Numa época em que o homem é cada vez mais

vítima da propaganda, da publicidade, dos meios modernos de pressão de toda a espécie, é de uma urgente necessidade que a educação intelectual e moral treine o indivíduo para reflectir, para meditar sobre o seu destino, e julgar imparcialmente, na medida das suas informações, os factos e os acontecimentos.

A liberdade interior é o maior bem que o homem possui. Ninguém lha pode roubar e ele conserva-a nas mais dramáticas circunstâncias, em que se pode encontrar.

Mas o homem pode perder esse bem inestimável por sua própria culpa, não o fazendo valer, ou recusando utilizá-lo.

A escola pode ajudá-lo nesse sentido, ajudando-o a reflectir, a pensar, aprofundando assim a sua vida inte-

rior, vivendo melhor espiritualmente e renunciando a «deixar-se viver» como se diz.

Durante o ano escolar que agora termina, foram propostos 6 (seis) adultos que fizeram avaliação final nos meses de Outubro e Janeiro com aproveitamento e aprovação, tendo assim obtido o diploma do 2.º grau do ensino primário.

Esta escola foi também frequentada por 17 crianças em idade escolar, nos tempos livres, o que veio a contribuir para um melhor rendimento escolar.

Horário

Manhã, das 9 h 15 m às 11 h 45 m

Tarde, das 14 h às 18 h

Francisco Tendeiro



Ocupação de tempos livres na Delegação de Évora

CONSELHO NACIONAL DA ADFA VAI ANALISAR VIDA ASSOCIATIVA

O Conselho Nacional da ADFA, que deverá reunir, em princípio, no dia 13 de Outubro, irá proceder a uma análise aprofundada da vida associativa. O Conselho deverá discutir o teor de um documento elaborado pelos órgãos sociais centrais em fins de Julho e já distribuído a todos os elementos daquele órgão deliberativo.

Este documento, que abarca toda a prática associativa, desde o tipo de serviços que se presta aos sócios até à participação destes, aponta para a reformulação de métodos, com vista a relançar a Associação para uma nova fase, mais dinâmica, mais participada e mais centrada nos verdadeiros interesses e necessidades dos sócios.

Tendo em vista a preparação da reunião do Conselho Nacional, a Direcção Central está a promover a discussão deste documento entre os associados em geral e muito especialmente com os responsáveis das delegações, às quais está a efectuar deslocações.

O Conselho Nacional, nesta reunião, deverá ainda tratar de outros assuntos da sua competência, nomeadamente o alargamento do Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto, para o que existe já um projecto elaborado.

MATRÍCULAS NA ESCOLA DA ADFA

Durante todo o mês de Setembro estão abertas as matrículas para frequência do ano lectivo de 1984/85.

Funcionam os seguintes cursos:

- Educação Básica (escola Primária).
- Ciclo Preparatório 1.º e 2.º anos.
- Curso Geral dos Liceus 1.º, 2.º e 3.º anos.

Os sócios interessados em frequentar qualquer destes cursos deverão fazer a sua matrícula no Departamento de Dinamização Cultura Desporto, Palácio da Independência, Largo de São Domingos (SEDE DA ADFA), todos os dias úteis entre as 15 e as 18 horas.

Para a matrícula no Ciclo Preparatório é obrigatória a apresentação do diploma da 4.ª classe ou documento comprovativo dessa habilitação.

Os sócios não pagam qualquer selo de inscrição ou frequência.

POR DECRETO APROVADO PELO GOVERNO

RECONHECIDOS AOS MILÍCIAS DIREITOS DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Por decreto aprovado pelo Governo no passado dia 3 de Setembro, os milícias que combateram e se deficientaram na guerra colonial ao lado dos elementos das Forças Armadas, acabaram de ver reconhecidos quase todos os direitos de que vêm beneficiando os Deficientes das Forças Armadas, incluindo a atribuição da pensão.

Trata-se do culminar de um processo que vinha sendo especialmente impulsionado pela ADFA ultimamente, sobretudo desde há um ano, nomeadamente com insistente solicitações junto do Ministério da Defesa Nacional para que se fizesse justiça aos naturais da Guiné, Moçambique e Angola que, tal como os elementos do Exército regular, foram chamados pela Nação ao cumprimento de um dever militar.

O decreto agora aprovado, além dos milícias, contempla a situação de elementos de outras corporações que, em campanha, se tenham deficientado, desde que enquadrados nas Forças Armadas.

Por ainda não ter sido publicado no «Diário da República», não podemos aqui aresentar o teor completo do diploma aprovado. Logo que seja publicado, a ADFA fará do mesmo a maior divulgação junto dos sócios contemplados, os quais deverão, entretanto, dirigir-se aos serviços da Associação.

Há a salientar, para já, que os elementos abrangidos por este diploma terão que requerer a atribuição dos direitos previstos no prazo de 3 meses após a sua publicação. A ADFA estará à disposição para prestar aos associados todo o apoio neste sentido.

Os elementos agora contemplados, muitos deles regressados recentemente de África, vinham pressionando a Associação para que esta não descurasse este assunto junto do Governo. Apesar de se saber que estava para breve a aprovação do decreto, no passado dia 27 de Agosto, um grupo de milícias tomou a iniciativa de se dirigir directamente ao Ministério da Defesa Nacional, sem sequer ter avisado a Associação, onde procurou evidenciar o seu descontentamento perante uma situação de injustiça que se vinha arrastando.

Desta atitude resultaram alguns incidentes que vieram a ter reflexos nos próprios órgãos de informação e mereceram a publicação de uma nota oficiosa por parte do Ministério da Defesa Nacional.

A Direcção da ADFA, colhida de surpresa, imediatamente convocou esse grupo de sócios e emitiu um comunicado, no dia 30 de Agosto, a seguir transcrito, onde situa claramente toda esta questão.

O Ministério da Defesa emitiu uma nota oficiosa no dia 31 de Agosto, marcando a sua posição perante a situação dos milícias e referindo também o conteúdo de notícias que seriam menos correctas, publicadas por um jornal diário. Transcrevemos também a seguir a nota oficiosa do Ministério da Defesa.

COMUNICADO DA DIRECÇÃO CENTRAL

A propósito dos factos noticiados na imprensa, ocorridos no passado dia 27 do corrente ano, no átrio das instalações do Estado Maior General das Forças Armadas com algumas dezenas de ex-soldados milícias que se deficientaram durante a guerra colonial, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas vem esclarecer e informar a opinião pública do seguinte:

01 — No esforço de guerra levado a cabo nas três frentes de Angola, Moçambique e Guiné no

período compreendido entre 1961 a 1974, por razões óbvias, recorreu-se há mobilização de cidadãos naturais daquelas ex-colónias tendo, muitos deles, servido as Forças Armadas Portuguesas na situação de contratados, vulgarmente conhecidos por soldados milícias e caçadores guias, tendo este tipo de recrutamento sido mais utilizado na ex-colónia da Guiné/Bissau.

02 — Apesar de não pertencerem aos quadros regulares do Exército, estes soldados milícias vestiram, no entanto, as mesmas fardas, empunharam as mesmas armas e correram os mesmos riscos dos restantes militares portugueses nas várias missões de campanha que lhes eram cometidas.

03 — Como facilmente se compreenderá, também estes foram vítimas de acidentes em combate tendo, muitos deles ficado afectados por deficiências graves sendo, em consequência disso, evacuados para o Hospital Militar Principal em Lisboa, onde há altura do 25 de Abril muitos deles se encontravam em recuperação, tendo de imediato optado pela nacionalidade Portuguesa, o que lhes foi concedido.

04 — Ao abrigo do acordo estabelecido entre o Estado Português e o Estado da Guiné/Bissau, através do Decreto n.º 82/84, de 1 de Julho, algumas dezenas destes milícias vieram para Portugal a fim de poderem usufruir de tratamento médico-profético no HMP-Anexo, tendo também, na maioria dos casos, optado pela nacionalidade Portuguesa e que, por via de regra lhes tem sido concedida.

05 — Quando da obtenção dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas, consignados no Decreto Lei 43/76, de 20 de Janeiro, a situação destes deficientes foi automaticamente encarada há luz deste Decreto, tendo sido emitidos pela entidade militar competente, os respectivos cartões de identificação, que atestavam a sua qualidade de Deficientes das Forças Armadas, critério este, que começou a ser posto em causa há cerca de dois anos, com a alegação de que tais deficientes, não tendo feito parte do exército regular deviam ser encarados diferentemente dos restantes Deficientes das Forças Armadas.

06 — Logo que foram levantados tais critérios de discriminação, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas reagiu de imediato junto da Secretaria de Estado da Defesa Nacional e entidades militares, exigindo que a estes deficientes ex-soldados milícias fossem atribuídos os mesmos direitos que aos restantes cidadãos Portugueses, «que no cumprimento do dever militar foram chamados a servir em situação de perigo ou perigosidade, passando a conter o reflexo da consideração que os valores morais e patrióticos por eles representados devem merecer por parte da Nação».

07 — A posição da ADFA mereceu por parte do Ministério da Defesa Nacional o total apoio, tendo-nos sido garantido pelo Senhor Secretário de Estado em audiência ocorrida em meados de Março passado, que a situação destes deficientes seria em breve resolvida com a aprovação de um diploma, já enviado ao Conselho de Ministros, que tomara extensiva aos ex-soldados milícias a totalidade dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas consignados no Decreto Lei 43/76, solução idêntica e já encontrada para o caso dos Deficientes oriun-

dos da GNR e PSP que adquiriram as suas deficiências na manutenção da ordem pública.

08 — Embora sendo a ADFA totalmente alheia à movimentação do passado dia 27, feita por conta própria pelos ex-soldados milícias, junto do gabinete do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, a fim de pressionarem a saída mais atempada do decreto atrás referido, não podemos, no entanto, deixar de estranhar que não tenha sido utilizada uma maior tolerância no acto da expulsão daqueles deficientes do átrio das instalações do E.M.G.F.A., tendo em conta tratar-se de uma causa justa e humanitária.

09 — Além da situação destes deficientes militares, a ADFA na sua qualidade de membro e representante de Portugal na Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC —, vem igualmente equacionando junto do Ministério da Defesa Nacional e Secretaria de Estado da Cooperação, a situação de outras vítimas de guerra que serviram as Forças Armadas Portuguesas, hoje cidadãos dos novos países africanos de expressão oficial portuguesa, e all residentes, no sentido de serem encontradas soluções que lhes garantam os direitos assistenciais, protésicos e indemnizatórios à luz do Direito Internacional.

NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

«Na defesa da soberania portuguesa nos territórios do antigo Ultramar, designadamente na Guiné, participaram naturais de tais territórios, alguns dos quais, integrados num esforço bélico comum, ficaram portadores, para sempre, de graves deficiências físicas.

A forma como ocorreu o termo da guerra e o início da descolonização colocaram às autoridades portuguesas um conjunto de questões graves e complexas cuja resolução ponderada reclamava coesão, unidade e harmonia nacionais.

Uma dessas questões consistia em dar protecção e não votar ao abandono todos aqueles que sob a mesma bandeira tinham participado na guerra, independentemente do juízo que sobre a legitimidade da mesma se faça. Era isso imposto pelo respeito de direitos humanos elementares, pela dignidade das forças armadas portuguesas, pela dignidade de Portugal.

Circunstâncias bem conhecidas tornaram impossível acaufelar, em toda a extensão, interesses justos e legítimos.

Mas, ainda assim, foi possível dar abrigo em Portugal a alguns daqueles — allás de nacionalidade portuguesa — os quais, todavia, têm vivido ao longo dos últimos dez anos sem a definição clara do regime jurídico aplicável à sua condição de deficientes.

O Ministério da Defesa Nacional, e em particular o ministro da Defesa Nacional, a fim de pôr termo a tal indefinição e na demonstração de que o Estado português está empenhado em dar satisfação às justas pretensões dos seus nacionais sem discriminação racial — que é e será sempre timbre da nossa sociedade — accionou para o efeito os mecanismos ao seu alcance.

Assim, o ministro da Defesa Nacional apresentou, já há algum tempo, para apreciação do Conselho de Ministros, projecto de decreto-lei pelo qual se asseguraram todas as regalias que os tornados deficientes ao serviço das forças armadas têm vindo de facto a usufruir.

Allás, o empenho do Ministério da Defesa Nacional na resolução razoável dos interesses desses deficientes de guerra foi por eles reconhecido, como consta de documentos de que o próprio Ministério da Defesa Nacional e detentor.

Estando o assunto em vias de solução começou a assistir-se a uma certa movimentação cujos recortes se assemelham às que caracterizam as fomentadas e dirigidas por agitadores habituais, culminando no despudor de, nos últimos dias, certo órgão da comunicação social, na mais grosseira inversão da realidade, acusar o ministro da Defesa Nacional de pretender privar os referidos deficientes das regalias que vinham a usufruir.

Perante tão falsa como absurda acusação, o Ministério da Defesa Nacional não pode deixar de considerar-se como difamado e, assim, além de vir esclarecer a opinião pública portuguesa da real situação, promoveu já a instauração do respectivo processo criminal contra o jornal «Diário de Lisboa».

As instituições, como os cidadãos, não podem estar à mercê de afirmações profundamente deturpadoras dos factos e fortemente desrespeitadoras da sua honra e dignidade.

E o Ministério da Defesa Nacional que, na lógica da sua própria acção, defende, na verdade, os que se incapacitaram na guerra sob a bandeira de Portugal.»

ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS RETIRA FORNECIMENTO DE SENHAS DE GASOLINA AOS DEFICIENTES DO SERVIÇO

A partir de Agosto último, as Unidades e Estabelecimentos Militares cancelaram o fornecimento de senhas de gasolina aos deficientes do serviço, com base na circular n.º 95, de 13 de Dezembro de 1979, do Estado Maior General das Forças Armadas, que atribui o direito daquele fornecimento aos Deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto Lei n.º 43/76.

Não podemos compreender que a Instituição Militar venha cortar um direito que todos os seus deficientes vinham usufruindo desde 1975, votando, assim, mais uma vez, ao ostracismo aqueles que ao seu serviço se deficientaram, não por conta própria, mas no estrito cumprimento das missões que lhes foram cometidas pelos seus chefes hierárquicos.

Mais do que um benefício material, sempre entendemos que o fornecimento de senhas de gasolina aos Deficientes das Forças Armadas constitui mais um laço que une os militares do activo àqueles que, num determinado momento, ao seu lado e por imposição do dever nacional, foram vítimas de acidentes que lhes provocaram diminuições físicas mais ou menos graves.

Entendemos, e sempre o temos afirmado, que a Instituição Militar não pode alhear-se das responsabilidades que adquiriu perante os seus deficientes, e assim têm entendido os legisladores, que, através de leis especiais, criaram laços indestrutíveis que, no dia a dia, atestam bem a

condição dos Deficientes das Forças Armadas no seio da grande família militar.

Pensamos, como aliás se deve ter passado com as Unidades e Estabelecimentos Militares, que só passados 5 anos deram cumprimento ao estipulado na circular n.º 95 de 13-12-79 do EMGFA, tratar-se dum equívoco que rapidamente será ratificado, apagando assim a impressão negativa com que se fica das entidades militares ao colocar, neste caso particularizado, os deficientes militares numa situação inferiorizada, nomeadamente em relação aos funcionários civis das Forças Armadas.

Em exposição já enviada ao Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, solicitando a rectificação desta medida, a ADFA espera que não se alargará ainda mais o fosso que separa os deficientes da campanha dos do serviço, e que tal contributo negativo venha precisamente da parte de quem, todos nós pensamos, deva estar na primeira linha da defesa dos nossos direitos.

Esperamos também, em audiência já solicitada aos Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, apresentar pessoalmente as razões que nos motivam na defesa dos direitos de aqueles que no cumprimento do serviço militar, adquiriram diminuições físicas ou mentais, e que constam das decisões aprovadas na nossa Assembleia Geral Nacional de 14 de Janeiro passado, incluídas na proclamação do Décimo Aniversário da ADFA.

O MOVIMENTO DE DEFICIENTES EM PORTUGAL

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFICIENTES DEVE ORGANIZAR-SE EM FUNÇÃO DA NATUREZA ESPECÍFICA DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES

Entrevista com LOMELINO VICTOR (2)

Publicamos neste número a continuação da entrevista concedida por Lomelino Victor para o nosso número do mês de Junho. Nesta parte da entrevista é chamada a atenção para um aspecto fundamental que deve presidir à organização do movimento de deficientes, a natureza específica das associações e instituições.

Dadas as funções desempenhadas anteriormente nos órgãos sociais da APD, Associação Portuguesa de Deficientes, solicitámos a Lomelino Victor que nos perspectivasse a realidade da APD. Focando a questão da integração social, é apontada a existência de um conflito entre a sociedade e o deficiente e equacionado o problema da inserção dos deficientes no mercado de trabalho.

Há um conflito entre a Sociedade e o Deficiente

Tendo-nos Lomelino Victor referido estar na base da criação da APD a perspectiva da existência de um conflito entre a sociedade e o deficiente, pedimos-lhe que nos desenvolvesse a mesma ideia.

Este conflito não radica em razões de índole ideológica. Estou certo que, em termos ideológicos, não haverá ninguém que negue aos deficientes os direitos que assistem a qualquer cidadão. O conflito surge das resistências que a própria sociedade tal como está organizada, oferece à concretização dos direitos dos deficientes. É a «lógica» que preside à própria organização social, e que informa os pressupostos do seu «desenvolvimento», que de alguma forma oferece resistência aos deficientes. A lógica que impera fundamentalmente — e isso ouve-se todos os dias nos diversos discursos do poder, dos diversos poderes — não visa a pessoa, cada uma das pessoas, no sentido de cada uma ver admitida a possibilidade da sua própria realização integral, sejam quais forem os problemas ou as maiores dificuldades que a cada uma se coloca.

É nestes termos que o conflito existe e se manterá ainda durante muito tempo. Só uma nova ordem, uma nova concepção social, uma nova perspetivação da sociedade, do homem, das finalidades da sua própria existência, é que pode ultrapassar este conflito.

Julgo não ser todavia, o sentido económico da organização social que instala decisivamente esse conflito, que resulta mais da própria concepção de sociedade, da inexistência de uma concepção global da sociedade que integre todas as componentes nacionais, culturais e económicas, que permita a todos os indivíduos o desenvolvimento das suas potencialidades, das suas capacidades, em todos os domínios, não apenas no económico, mas no cultural, no social. Uma vivência total, uma liberdade autêntica, levaria a que a sociedade tornasse possível um campo de afirmação próprio a cada pessoa.

Economicismo vigente marginaliza deficientes

A feição economicista da sociedade que hoje impera e nos subjuga, espalha-se em todos os domínios. Ouve-se dizer que os autocarros não podem ter lugares para deficientes em cadeiras de rodas, porque o sector de transportes já por si é deficitário, e isso iria diminuir a sua rentabilidade. No pensamento de muitos engenheiros e arquitectos, das pessoas que nas câmaras municipais autorizam os projectos de construção urbana, está também inculcada a convicção, não o estudo ou reconhecimento técnico, de que construir-se um prédio sem degraus, sem barreiras arquitectónicas, tornará a construção mais cara. Assim como reina a ideia de que um deficiente inserido numa qualquer unidade de produção, privada ou pública, terá uma produtividade menor. Claro que isso está tudo errado, mas faz parte da anticultura que domina esta sociedade há muitos anos, a mais trágica das heranças do regime fascista.

Esse economicismo em se disputar, mesmo que tal fosse verdade, uma pequena margem de maior ou menor lucro e dessa maneira se marginalizar um indivíduo que é deficiente — para além de injustificado porque o deficiente, desde que devidamente inserido numa unidade de trabalho, é portador de uma competência de igual dimensão aos outros não-deficientes — ainda se mantém e há-de manter-se, enquanto não se processar todo um debate de ideias, novo, diferente, enquanto não se apurar uma evolução desta sociedade, não direi no sentido de criação de uma nova cultura, porque as culturas não se inventam e nós não queremos renegar a nossa, mas no sentido de questionar a nossa própria herança cultural, expurgá-la dos falsos valores e potenciar o seu conteúdo mais rico e mais autêntico.

Fez-se o 25 de Abril, nós estamos a comemorar os Dez anos do 25 de Abril, mas não creio que culturalmente a sociedade portuguesa tenha evoluído significativamente. Não se processou um debate de ideias, que, a nós deficientes, teria interessado muito.

Fizeram-se, há alguns anos, algumas tentativas desse debate, talvez até 76, 77; depois esse movimento entrou em franco refluxo. Esse debate que teria sido único na história

recente da Europa, passou ao lado do processo político português em 74, 75 e 76.

Da União da UCNOD resulta maior confusão

Analisando o movimento social dos deficientes, Lomelino Victor insistiu na necessidade da sua clarificação, através da diferenciação dos principais tipos de associações e instituições de e para deficientes, após nos ter expresso os seus pontos de vista sobre a UCNOD, conforme lhe solicitámos.

Fui presidente da mesa da assembleia geral da APD até 1979 e até essa altura a APD não estava dominada por quaisquer instintos federativos. Posteriormente vim a tomar conhecimento da UCNOD, que pretende ser uma união dos vários organismos de deficientes, uma união estranha a vários títulos. Primeiro é estranho que a APD, que teve um papel decisivo, dominante, na construção da UCNOD, tenha sentido a necessidade da criação dessa mesma organização, uma vez que a APD é uma associação cujo âmbito visa representar universalmente os deficientes, (embora nunca tenha conseguido uma representação mínima dos interesses dos deficientes mentais), e dispõe estatutariamente de um órgão que permite às diversas instituições sectoriais de reabilitação prestadoras de serviços — estou-me a referir às associações de pais — participarem, na APD e fazerem ouvir as suas vozes. O que era, aliás, importante porque a APD era uma das duas associações que tinha assento no Conselho Nacional de Reabilitação. Em segundo lugar é estranho que a UCNOD, surgida em 79-80, vise unir e representar instituições de índole a maior diferente possível: ao que consta, na UCNOD, estão associações de natureza representativa, como a APD ou os Sinistrados do Trabalho, estão associações de pais, de solidariedade social (prestadoras de serviços), estão cooperativas. Trata-se de instituições e associações de natureza completamente diversa. Julgo que sendo a UCNOD uma união, dessa união não resulta, com certeza, maior força. Resultará, de certeza, maior confusão.

Movimento Social de Deficientes deve reflectir quatro vertentes fundamentais

Penso, antes sim, que o movimento social de deficientes, neste momento e no futuro terá que reflectir e organizar-se de acordo com quatro vertentes fundamentais:

A primeira, integrará as grandes associações de representação global de deficientes, independentemente da natureza da deficiência adquirida, e que são a ADFA, a APD e os Sinistrados de Trabalho, neste momento.

Uma segunda vertente, será constituída pelas instituições de representação sectorial, de cegos, de surdos, hemofílicos, doentes renais, agrupando tipos específicos de deficientes, mas que não prestam serviços.

Uma terceira vertente será constituída pelas associações de pais, prestadoras de serviços, muito embora algumas dessas associações tenham sido estatizadas.

Uma última vertente será construída pelas cooperativas, fundamentalmente as cooperativas de educação.

Julgo que o movimento social de deficientes tanto mais ganhará quanto mais depressa se clarificar nestas quatro vertentes. Haver uma união que com um manto federador ou unificador vise congregar, reunir instituições de natureza tão díspare, de objectivos tão diferenciados e de formas de organização tão diversas, evidentemente não contribui para o reforço do próprio movimento social de deficientes.

Limitações da APD

Dada a sua anterior ligação à APD, pedimos a Lomelino Victor que considerasse as perspectivas e limitações que se ponham à acção e ao desenvolvimento da APD.

À partida, não existem limitações que se possam pôr à APD. A sua perspectiva associativa é correcta, talvez se enquadrasse melhor na perspectiva da integração com a sua limitação às deficiências de natureza física, e não psíquica. Muito dificilmente a Associação Portuguesa de Deficientes poderá representar estes últimos. As únicas limitações que existem neste momento, são as que resultam da eventual adopção por parte da APD de orientações que a sectorizem, dentro de uma perspectiva política e ideológica.

Também não contribui nada para a serenidade e vitalidade da APD a existência de dissensões internas que possam levar ao afastamento de pessoas, algumas das quais muito deram e muito contribuíram para que a Associação tivesse visto reconhecida uma projecção que lhe permitiu intervir decididamente naquilo que de mais significativo se fez na política de reabilitação neste país, o caso da criação do SNR, além de outras coisas.

Ausência de um elemento aglutinador na APD

As assembleias gerais da APD, no meu tempo nunca chegaram a reunir mais de noventa sócios. É preciso compreender o que é uma Associação Portuguesa de Deficientes. Uma associação dos deficientes e sinistrados do trabalho, devido ao próprio sinistral de trabalho, ao contencioso, à própria legislação que vigora sobre a reparação dos acidentes de trabalho, encontra uma dinâmica interna própria através de um conflito de todos os sinistrados do trabalho com essa legislação, ou as sucessivas legislações que criam as mais iníquas situações, as mais distorcidas formas de reparação dos sinistros de trabalho, dando as mais antigas legislações lugar à atribuição de

penções, segundo penso, ofensivas da própria dignidade das pessoas. Relativamente à ADFA também a situação é diferente, há entre todos nós um cimento que nos une, que nos liga, que foi a própria Guerra Colonial.

O mesmo não se passa com a APD em que as pessoas, os associados são portadores das deficiências mais diversas: motoras, sensoriais, orgânicas, do foro psíquico, ainda que raro estas; não há um elemento forte, aglutinador; há as diferenças de níveis etários. Tudo isso diferencia os associados entre si e não contribui para a criação de um substrato aglutinador entre eles. Nas assembleias gerais era extremamente frequente levantar-se uma pessoa e começar a expor os seus próprios problemas pessoais, sem terem nada a ver com a ordem de trabalhos. É preciso compreender muito bem o que pode ser uma associação portuguesa de deficientes. É um repto muito mais difícil do que criar e manter uma Associação dos Deficientes das Forças Armadas, por exemplo, embora tal também não seja fácil.

Mercado de trabalho exige qualificação dos deficientes

Focando as áreas prioritárias para a política de integração social dos deficientes, Lomelino Victor equacionou-nos a relação entre o mercado de trabalho e a qualificação profissional dos deficientes.

Os maiores esforços terão que incidir na área da educação e nas áreas de política de emprego e formação profissional. Na área da educação porque há que qualificar cada vez melhor as pessoas deficientes de forma a garantir ou facilitar a inserção e manutenção das pessoas no mercado de trabalho cada vez mais exigente. Os postos de trabalho são cada vez mais qualificados. exige-se cada vez mais mobilidade da mão-de-obra; as novas tecnologias implicam o desaparecimento de muitos postos de trabalho. Não podemos estar a preparar, educacional e profissionalmente, deficientes para profissões que terão os seus dias contados.

Há que, todavia, desde já, investir e fazer grandes esforços na educação e nas políticas de emprego, não se podendo estar à espera do dia de amanhã, quando uma percentagem significativa de deficientes tiver alcançado níveis significativos de habilitação e profissionalização. Dado que o desemprego neste País é e será uma componente estrutural, temos que criar instrumentos de emprego, mesmo imbuídos de uma filosofia que não será de todo desejável, através de estímulos ao empregador (ou através de facilidades fiscais e outras compensações). O acesso ao mercado de trabalho coloca-se hoje a muitas dezenas de milhares de deficientes.

Temos que investir na formação profissional, não nas formações profissionais tradicionais, mas nos domínios de tecnologia avançada.

Se há alguém que mais careça de posições profissionais de tecnologia avançada ou sofisticada são aqueles que maiores dificuldades têm em alcançar ou manter um posto de trabalho. Só essa maior tecnologia que eles dominem é que os poderá defender contra flutuações ou evoluções na oferta dos próprios postos de trabalho.

Tudo isto, todavia, respeita só à gama dos deficientes, susceptíveis de progressões escolares e de exercício profissional, enquanto a maioria dos deficientes são pessoas que pela gravidade das suas lesões, designadamente os deficientes mentais, não têm possibilidade de obter uma valorização escolar e profissional que lhes permita o acesso ao emprego. E essa será a maioria dos casos. Relativamente a estes, o Estado não poderá, invocando que a sua situação e a solução são mais difíceis, ou mais gravosas em termos financeiros, não poderá alijar as suas responsabilidades na resolução dos problemas dos grandes deficientes mentais.

Problema da habitação põe-se em termos de custos

Por fim, põe-se o problema da habitação, mais em termos de custos e não de acesso. Em termos de acesso, a habitação é um outro problema, um qualquer arquitecto minimamente sensibilizado documentará e fará prova de que uma habitação desprovida de obstáculos, em termos de acesso do exterior ou de circuito intercoção cukta macs caro fo qkeiuma habctação cgmo aquelas que todos os dias se constoem, cheias de impecilhos, de portas estreitas, de degraus, de elevadores nos altares, de casas de banho inacessíveis.

O problema da habitação para o deficiente, como indivíduo especialmente menos favorecido em termos económicos, põe-se em termos de acesso económico à habitação. Só uma política de habitação conjugada com uma política de assistência social, que suporte parte dos encargos da habitação, é que poderá responder a tal problema, o mesmo se passando com a questão dos transportes.

Consolidar a reabilitação como componente da cultura

Pesem as dificuldades, a reabilitação é sempre possível, desde que as políticas se situem no País real, desde que se jogue com os recursos, sobretudo humanos, de que dispomos, desde que, fundamentalmente se consolide como componente da cultura do nosso povo, cultura que entendo, exclusivamente como aquela que é vivida em cada dia, de que todos nós somos agentes de transformação, de recriação, e que determina afinal a nossa própria identidade.

HÁ 10 ANOS

OS DIRIGENTES DA ADFA ERAM HOMENS SEM NOME

Quando em fins de Maio de 1974 a comissão «ad hoc» da ADFA se dirigiu ao Ministério da Defesa Nacional solicitando o reconhecimento oficial da Associação e a aprovação das reivindicações, o chefe do gabinete do ministro perguntou: «Vocês vêm mandados por quem?»

A democracia estava a ensaiar os primeiros passos, e nem os próprios militares que tinham feito o 25 de Abril se encontravam ainda libertos de seculares preconceitos, em que só os senhores de nome sonante podem ser autores de acontecimentos, motores da história.

Os três alferes e um furriel (todos milicianos) da comissão «ad hoc» não tinham nome nem rosto à altura da organização que diziam representar. Por isso teriam que ser mandados por uma figura conhecida. Esses quatro anónimos eram uma amostra da grande massa que anonimamente também foi para a guerra, lá combateu, por lá ficou ou de lá regressou bem marcada.

Isto para referir que, desde o início, a ADFA firmou-se bem na sólida massa associativa, em todos os deficientes, sem elitismos e sem dirigentes incontestados. Formou-se e desenvolveu-se assim. Ainda hoje são anónimas as pessoas que dirigem a Associação, para bem da organização, já que cada sócio é sempre um potencial dirigente, e para estranheza de muita gente que não compreende como uma organização deste tipo, com a projecção que tem e o trabalho que desenvolve, não exhibe personalidades nos órgãos sociais, à semelhança do que sucede, por exemplo, com as suas congéneres noutros países.

O que é estranho para terceiros tem sido precioso para nós. Aqui se tem seguido o fundametal princípio de que a integração social deve ser promovida pelos próprios deficientes, tomando nas suas mãos as tarefas que sempre os outros executaram (mal) por eles. Aqui os deficientes emanciparam-se. Desde a primeira hora da Associação que, entre o prestígio alheio a dirigi-los e a reduzida dimensão pública, mas genuinamente associativa, escolheram esta última.

Não faltaram aliciamentos nos primeiros tempos, como não faltam agora, com as mais diversas marcas, para os Deficientes das Forças Armadas se deixarem tutelar, com a garantia, aí, de líderes projectados pelos jornais. Mas

souberam rejeitá-los e provar perante si próprios que a era do paternalismo, aqui, está ultrapassada.

O escasso espaço de que a Associação dispunha no Palácio da Independência foi invadido, nos fins de Maio de 1974, por uma comissão organizadora de uma manifestação do 10 de Junho. Comissão quetinha uma conotação clara face às divergências que se verificavam já no Movimento das Forças Armadas. A jovem ADFA viu-se enredada numa iniciativa destas. Mas soube dizer não e manteve-se alheia a actividades deste tipo.

O paternalismo exibido pela Liga dos Combatentes, cuja extinção a ADFA solicitara, junto dos Deficientes das Forças Armadas, logo nos primeiros dias da Associação, também não teve qualquer sucesso.

O êxito da ADFA, a sua arrancada fulgurante, deve-se em muito a essa democraticidade inicial, em que cada um se sentia artesão de uma obra gigantesca e preciosa para todos.

Desde o início que se fez a aposta de que a ADFA havia de ser sempre orientada directamente pelos sócios. Este princípio, nem sempre de fácil cumprimento, foi rigorosamente respeitado nos primeiros tempos, quando, semanalmente (às terças-feiras), se realizavam reuniões na sede da Associação, abertas a todos os sócios. Nestas reuniões, muito participadas, foram preparados os Estatutos, discutida a questão das instalações, elaboradas as propostas de nova legislação e preparadas as primeiras eleições.

Em Junho de 1974, cerca de 500 sócios, reunidos no Pavilhão dos Desportos, elegeram os primeiros órgãos sociais da Associação. Estes órgãos respeitaram e mantiveram o princípio da participação associativa, garantindo, nomeadamente, a continuação das reuniões semanais abertas a todos os sócios.

Foi esta activa participação dos sócios e este permanente conhecimento, por parte de cada um, sobre as actividades em curso e os objectivos a atingir que permitiram, logo em 1974, a realização de Assembleias Gerais muito participadas e ainda uma grande manifestação.

A ADFA reflectiu de forma muito especial essa enorme vaga popular que, com o 25 de Abril, tentou levar os secularmente humilhados a desempenhar um papel decisivo

na edificação de uma nova sociedade. A ADFA andou bem na crista dessa onda popular que, sem comando nem freio, à revelia das forças políticas, procurava a justiça sempre e para sempre negada. Era uma vaga social desafiando rígidos pressupostos culturais e enraizados preconceitos. Era animada pelos homens e mulheres que, assim, uma vez na História, viram ao seu alcance a possibilidade de rasgar o estatuto de cidadãos inferiores e lançar os pedaços à cara dos seus autores.

Os Deficientes das Forças Armadas, rejeitando com toda a sua força a marginalização a que eram votados, deram, nessa altura, tanto com a sua prática associativa, democrática e participativa, como com a sua intervenção no exterior, um contributo importante para esse movimento profundo e incontrolável, ao arripio da lógica política.

Na medida do possível, a ADFA manteve-se, ao longo destes 10 anos, fiel a esta forma de estar na vida e na sociedade, a este modo de intervir e actuar. Mas não tem sido fácil. Numa sociedade como a nossa, em que tudo se politizou, onde os valores da justiça social são engolidos pelos vorazes valores ideológicos e digeridos pelos ávidos interesses partidários, não tem sido tarefa fácil manter a ADFA imbuída desta pureza inicial, governada por homens sem nome, sem os favoritismos de nenhum jornal nem as graças de nenhum partido.

Tem sido, e é, especialmente difícil, porque temos que ser nós próprios, todos os sócios, a fazer aquilo que a trama política por vezes parece facilmente conseguir. Temos que conquistar, palmo a palmo, contra correntes e marés, perante incompreensões e hostilizações, os nossos direitos e manter bem firme e bem forte a organização que é bem nossa e é o garante da defesa dos nossos interesses no futuro.

Exige-se, assim, dos sócios, muitas vezes com uma vida estabilizada e sem grandes disponibilidades de tempo, uma reforçada participação associativa. Um esforço acrescido, mas que é sempre compensador, dando-nos desde logo a garantia de que não andará por mãos alheias a defesa dos nossos direitos, afirmando-nos como agentes e não como objectos no processo da integração social — esse princípio-base na problemática dos deficientes.

JANELA INTERIOR-8

● DIFICULDADES INERENTES À PRÓPRIA DEFICIÊNCIA

● A QUESTÃO DE «QUEM FAZ O QUÊ» NÃO É IMPORTANTE

Os deficientes que são saudáveis do ponto de vista sexual, por vezes, encontram dificuldades na realização do acto sexual, o qual se torna doloroso, não por defeito dos órgãos respectivos, mas por dificuldades inerentes à própria deficiência.

Como causas indirectas podemos citar, por exemplo, articulações ou músculos rígidos, falta de ar ou palpitações, ossos frágeis ou membros distorcidos.

Os deficientes que sofrem destas dificuldades poderão ter um conhecimento incompleto, sobre as

diferentes posições que é possível adoptar na realização do acto sexual.

Uma mudança da posição habitual, pode, muito frequentemente, ajudar a resolver os seus problemas.

Nenhuma posição é aberrativa ou esquisita, e muitos não deficientes, utilizam várias posições para o acto sexual, simplesmente com a finalidade de não caírem na rotina.

Convém notar, ao experimentar novas posições, que, para ambos se sentirem confortáveis e satisfeitos, poderá ser necessário tentar várias posições e dispender um certo tempo a praticar, pois todo esse esforço valerá bem a pena.

O processo mais corrente de praticar o acto sexual, no nosso país, é a mulher deitada de costas e o homem sobre ela (posição do missionário).

Mas não há motivo algum, para a mulher não ocupar a posição por cima, quer deitada sobre o companheiro, quer afastando as coxas numa posição de joelhos ou agachada.

Muitas pessoas, habituadas às práticas ocidentais, ficam alarmadas com a ideia de a mulher ter uma parte mais activa que o homem, no acto sexual.

No Oriente, acontece geralmente o contrário, sendo as mulheres ensinadas a satisfazer activamente o companheiro, em vez de se limitarem a ter um papel passivo.

Em igualdade sexual, a questão de «quem faz o quê» não é importante, o que interessa, é encontrar uma posição que dê prazer e satisfação a ambas as partes.

O uso de anticoncepcionais pode ajudar o casal a fazer uma escolha responsável e consciente, evitando uma gravidez indesejada; para completo esclarecimento sugerimos uma consulta de planeamento familiar.

DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS PODEM SER SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Na sequência de uma notícia sob o título em epígrafe, divulgada no «ELO» n.º 118 de Fevereiro de 1984, recebemos da Associação 25 de Abril um esclarecimento que publicamos abaixo, uma vez que a notícia então divulgada poderia induzir em erro alguns dos nossos sócios.

Em reunião da A25A, dia 15 de Maio, a respectiva direcção decidiu sobre o assunto o seguinte:

- 1 — Em relação aos membros da ADFA que pertencem ao Q.P. das Forças Armadas, em qualquer situação (activo, reserva ou reforma) será aplicado o Art.º 6.º do nosso Regulamento Interno, desde que os mesmos o desejem (sócios efectivos).
- 2 — Em relação aos restantes não pertencentes ao Q.P. das Forças Armadas, será aplicado o Art.º 12.º do mesmo regulamento, desde que o desejem e para tal sejam propostos (apoiantes).

Esta decisão não vai ao encontro da orientação, e não resolução, votada na nossa última Assembleia Geral, mas antes tem em vista a interpretação linear do nosso Regulamento Interno.

No entanto, e exactamente porque não há coincidência entre a decisão e a orientação recebida da A.G., será o assunto motivo de nova abordagem na próxima Assembleia Geral.

CASAS DE RENDA ECONÓMICA

Encontra-se aberto concurso para atribuição de casas de renda económica dos Serviços Sociais das Forças Armadas a partir do próximo dia 10 de Outubro.

Para praças existem 2 casas nos Olivais e 3 casas em Queluz. Para oficiais, sargentos e praças existem 4 casas, em Loures, 3 no Alfeite, 3 no Fogueiro, 7 no Porto, 1 em Águeda, 7 em Coimbra e várias em Lisboa.

Os preços da renda contratual vão desde 2600\$00 a 19500\$00.

Haverá ainda casas vagas em Sintra, Seixal, Leiria, Elvas, Ponta Delgada, Amadora, Tomar, Évora, Odivelas e Paço de Arcos.

As casas ficarão vagas a partir de 30 de Novembro de 1984 e possuem de 1 a 6 assoalhadas.

Os sócios interessados em candidatar-se, poderão fazê-lo, desde que sejam sócios dos Serviços Sociais, na Secção de Apoio Social da Sede da ADFA, ou em qualquer Delegação, sendo para o efeito necessário proceder ao preenchimento do impresso próprio.

PUBLICIDADE NO ELO

O ELO está aberto à publicidade. Os interessados podem contactar o Gabinete da Redacção do jornal

ANUNCIE NO «ELO»



SECRETÁRIO-GERAL DA FEDERAÇÃO MUNDIAL

SERGE WOURGAFT EM ENTREVISTA AO ELO SUBLINHA —DINAMISMO DA PARTICIPAÇÃO DA ADFA NA FMAC

Aproveitando a deslocação do Secretário-Geral da FMAC, Serge Wourgaft, ao nosso país para preparar a próxima reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, a realizar em Fevereiro, solicitámos-lhe uma pequena entrevista, concedida de bom grado, apesar de ser ao fim de um dia repleto de trabalho. As actividades da FMAC e a participação da ADFA na FMAC, assim como as questões relativas à Paz e à Segurança constituem os assuntos dominantes da mesma.

ELO — Praticamente dois anos após a ADFA ter sido admitida como membro da FMAC e um ano após a sua primeira visita a Portugal, pode fazer-nos um balanço de participação da ADFA na FMAC, na sua qualidade de Secretário-Geral da FMAC?

S. WOURGAFT — Tenho-me sentido bastante tocado pelo empenhamento da ADFA nas actividades e

posições da FMAC, pela sua preocupação de as tornar mais eficazes e de advogar as mesmas em Portugal, e também pela preocupação de estabelecer, através da FMAC, contactos que permitam a troca de experiências e contribuir para melhorar a situação dos deficientes de guerra e dos sócios da ADFA.

O convite dirigido a Portu-

gal, através da ADFA, pela Comissão Permanente para os Assuntos Europeus para a realização da sua próxima reunião, em Fevereiro, no vosso país, é uma prova suplementar desse interesse.

Em conclusão, em relação à FMAC a ADFA tem dado provas de um grande dinamismo nas suas actividades.

ELO — Quais foram os objectivos principais desta sua visita a Portugal?

S. WOURGAFT — O objectivo essencial desta viagem foi preparar a reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, mas aproveitei sempre os contactos com as associações da FMAC e as

visitas que lhes faço para uma troca geral de pontos de vista sobre todas as questões que podem interessar-nos, neste caso particular, entre a ADFA e a FMAC.

Neste caso, dada a proximidade da reunião do nosso Conselho Geral, em Atenas, aproveitei esta estadia em Lisboa para trocar pontos de vista com os dirigentes da ADFA sobre as questões que aí vão ser discutidas e sobre a maneira como se vai desenrolar essa reunião.

Aproveitei também esta viagem, devido a disposições tomadas pela ADFA, para um encontro com o Secretário Nacional de Reabilitação, em que abordámos os problemas da reabilitação em Portugal e no plano internacional, e sobre o que a ADFA pode desempenhar para fazer conhecer em Portugal as posições da FMAC sobre o problema da reabilitação, também por mim expostas ao meu interlocutor.

ELO — Quais os assuntos mais importantes a debater na 42.ª Reunião do Conselho Geral da FMAC, que se realizará em Atenas no próximo mês de Outubro?

S. WOURGAFT — Uma parte da reunião incidirá sobre a actividade da FMAC desde a sua última Assembleia Geral, que teve lugar já há dois anos, sobre o que se realizou, sobre o que conviria fazer, sobre a actividade comum das associações nos diversos domínios da FMAC, na área social, no melhoramento da situação dos deficientes de guerra, na defesa da paz, no desarmamento, no respeito dos Direitos do Homem, no desenvolvimento económico, na maneira de permitir, pela troca de experiências, às associações dos países em vias de desenvolvimento fazerem avançar projectos económicos e sociais.

Trataremos igualmente das questões relativas às celebrações do próximo ano, pois que 1985 é um ano importante que constitui o 40.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial e da criação das Nações Unidas, e em que vamos celebrar o 35.º aniversário da criação da Federação Mundial dos Antigos Combatentes. Vamos reflectir e discutir sobre como levar a cabo tais celebrações.

Dentro das prerrogativas do Conselho Geral da FMAC, vamos também analisar os pedidos de admissão de novas associações.

Conferência de Belgrado sobre Segurança e Armamento

ELO — Em que medida a Conferência de Belgrado sobre a Segurança, Desarmamento e Cooperação na Europa, que vai decorrer de 18 a 20 de Outubro que será presidida pela FMAC, irá reforçar o papel da FMAC na defesa da paz?

S. WOURGAFT — A FMAC espera que dessa reunião resultem medidas concretas. O objectivo da reunião de Belgrado é estudar, tendo por base o documento final da Reunião de Madrid sobre a Segurança e Cooperação na Europa, as medidas concretas que as associações podem tomar para que sejam postas em prática as recomendações de Madrid, a redução da corrida aos armamentos, progredir em direcção ao desarmamento e desenvolver a cooperação sobre todos os princípios do Acordo Final de Helsínquia, a cooperação sobre o plano social, cultural, humanitário.

Clima internacional cada vez mais tenso

ELO — É possível referir medidas concretas que estejam em perspectiva?

S. WOURGAFT — Tratar-se-á sobretudo de acções a empreender pelas associações nos respectivos países. No clima internacional actual, cada vez mais tenso, tudo o que possa ser feito para ultrapassar a desconfiança e desenvolver uma maior confiança entre os estados e os povos é bastante importante. A conferência de Belgrado é organizada por quatro organizações internacionais que cooperam juntas no seio da Comissão de Coordenação para o Desarmamento, além da FMAC, há a Federação Internacional dos Resistentes, que congrega os países da Europa de Leste, e alguns da Europa Ocidental, a Federação Internacional dos Antigos Prisioneiros e a Confederação Europeia dos Antigos Combatentes, constituindo esta sua composição alargada uma garantia de iniciativas para instalar a confiança e ultrapassar a desconfiança.

No domínio da detenção da corrida aos armamentos e do progresso para o desarmamento, nós não somos «governos», não possuímos o poder e autoridade para tomar decisão, não podendo ser as medidas concretas nestas circunstâncias senão uma acção concertada junto da opinião pública, dos países respectivos, para que exerça pressão sobre os governos para progredirem nesta via. Vamos provavelmente decidir, dentro deste espírito, vir a preparar uma reunião mundial sobre a segurança, a cooperação e o desenvolvimento que virá a ter lugar nos finais de 1986.

A reabilitação entre as preocupações da FMAC

ELO — Os problemas dos deficientes e vítimas de guerra a merecer uma atenção especial da FMAC?

S. WOURGAFT — Certamente, pois desde a sua criação, em 1950, a FMAC propôs-se reunir os antigos

combatentes, que tinham tido frente a frente, desenvolver a cooperação entre eles, e igualmente aliviar a situação dos grupos combatentes, particularmente no caso dos deficientes de guerra. Portanto, os problemas da reabilitação estiveram sempre no primeiro plano dos interesses da FMAC, continuando a ser debatidos nas reuniões estatutárias da FMAC, assim como na Comissão Permanente para os Assuntos Europeus existe um grande trabalho para os assuntos sociais. Tais problemas não se encontram completamente resolvidos pois são problemas evoluídos por duas razões: por o indivíduo muda e muitas vezes com a idade os problemas dos deficientes de guerra agravam-se; por os progressos técnicos vêm com que as soluções válidas há vinte anos se hoje substituídas por outras melhores.

Possuindo nós hoje associações de 54 países, é um breufo entre os países do Terceiro Mundo que os problemas de reabilitação são mais agudos.

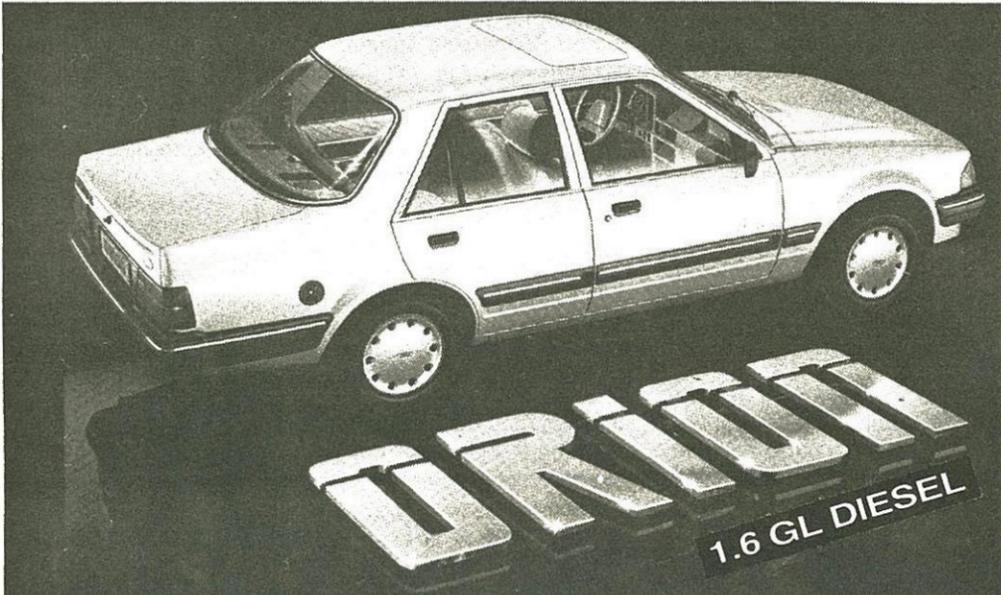
Diminuir o Armamento garantindo a Segurança

ELO — Dado o empenhamento da FMAC em ser informada no campo da Segurança e do Desarmamento, considera-se a FMAC como uma sentinela atenta à possível deflagração de uma nova guerra mundial?

S. WOURGAFT — A FMAC, é constituída fundamentalmente pelas suas associações, há um secretariado, um secretário-geral, um conselho executivo, mas são as associações que desenvolvem as actividades nos seus países respectivos. Por outro lado, a FMAC não está equipada e não tem a possibilidade de ser um centro de informação sobre as questões do desarmamento. Como sabe, institutos com investigadores que se dedicam a isso por exemplo, o Instituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz, de Estocolmo, que é o principal e o Instituto das Nações Unidas para Investigação sobre o Desarmamento, em Genebra.

Não é esse o papel da FMAC, o que importa é que possamos dar informação às nossas associações que possam agir nos países respectivos, informação que comunicamos no decorrer das reuniões, das discussões, em Belgrado, Atenas, por exemplo, agora.

Não somos especialistas em desarmamento, não demos dizer que se deve empregar tal arma em vez de outra, o que podemos dizer simplesmente é que conhecemos os sofrimentos da guerra, que estamos convencidos que há outros meios de resolver os conflitos internacionais e as



EQUIPAMENTOS PRINCIPAIS

- Faróis com lâmpadas de iodo.
- Luzes de marcha-atrás.
- Luz traseira de nevoeiro.
- Vidro traseiro com desembaciador e antena incorporada.
- Para-brisas laminado.
- Vidros fumados.
- Retrovisor de comando à distância do lado do condutor.
- Retrovisor do lado do passageiro.
- Bancos dianteiros reclináveis.
- Encostos de cabeça almofadados e ajustáveis.
- Cintos de segurança de enrolamento automático.
- Banco traseiro com costas rebatíveis de 3 modos.
- Compartimento de bagagem alcatifado e iluminado.
- Duplo tejadilho de abrir e correr.
- Tampão do depósito de combustível com chave.
- Grupo de luzes de controlo de: estado dos travões, nível de combustível, nível de óleo do motor, nível de água do radiador, nível de água do lava-vidros.
- Grupo de luzes avisadoras de: indicadores de direcção, máximos, pressão de óleo do motor, carga da bateria, nível de óleo dos travões e aplicação do travão de mão.
- Limpa-vidros com 2 velocidades contínuas e 1 intermitente.
- Lava-vidros com bomba eléctrica.
- Sistema de aquecimento/ventilação com turbina de 3 velocidades.
- Relógio eléctrico de quartzo.
- Chave de ignição com iluminação própria.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MOTOR DIESEL 1.6	
Tipo Injeção indirecta, com câmaras de turbulência Ricardo Comet V, e bomba injetora rotativa com avanço automático.	
Cilindrada	c.c. 1.598
Diâmetro/curso	mm 80,0/80,0
Potência máxima efectiva	PS/r.p.m. 54/4800
Binário máximo efectivo	mp/r.p.m. 9,4/3000
Relação de compressão	22,5:1
TRANSMISSÃO	
Caixa de 5 velocidades para a frente, totalmente sincronizadas, com tracção às rodas dianteiras, através de cardans do tipo homocinético.	
SUSPENSÃO	
Independente as 4 rodas, de molas helicoidais, com elementos tipo McPherson e barra estabilizadora à frente, com braços transversais e barras longitudinais de localização atrás. Amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla acção à frente e atrás.	
DIRECÇÃO	
De pinhão e cremalheira com coluna compressível em caso de impacto violento. Raio de viragem entre paredes 5,3 metros.	
TRAVÕES	
De disco à frente e tambor atrás, com circuito duplo, servo-freio e válvula repartidora de pressão. Travão de mão mecânico às rodas traseiras.	
PERFORMANCE	
Aceleração 0-100 Km/h	seg 18,8
Velocidade máxima	Km/h 150
Consumo	
- a uma velocidade constante de 90 Km/h	l/Km 3,9/100
- a uma velocidade constante de 120 Km/h	l/Km 5,4/100
- condução urbana	l/Km 5,5/100
- consumo médio	l/Km 5,1/100
PESOS	
Tara	Kg 950
Carga máxima	Kg 400
Peso bruto	Kg 1.350
RODAS E PNEUS	
Jantes em aço, 13" clampingado	13x5"
Pneus radiais	155 SR 13
SISTEMA ELECTRICO	
De 12 volts, com alternador de 45 Ah; faróis com lâmpadas de iodo e luz de marcha-atrás.	
DIMENSÕES EXTERIORES	
Comprimento total	mm 4.193
Largura total	mm 1.640
Altura total	mm 1.335
Distância do assento ao tejadilho, à frente	mm 969
Distância do assento ao tejadilho, atrás	mm 960
Distância entre eixos	mm 2.402
Via dianteira	mm 1.400
Via traseira	mm 1.423
DIMENSÕES INTERIORES	
Espaço para as pernas, à frente	mm 1.029
Espaço para as pernas, atrás	mm 900
Distância do assento ao tejadilho, à frente	mm 969
Distância do assento ao tejadilho, atrás	mm 960
Espaço para os ombros, à frente	mm 1.315
Espaço para os ombros, atrás	mm 1.315
Volume útil do porta-bagagem	litros 383

OS SÓCIOS INTERESSADOS EM ADQUIRIR UMA VIATURA DA GAMA FORD, PODEM FAZÊ-LO ATRAVÉS DO SÓCIO

ANTÓNIO BERNARDES

COMMISSIONISTA DA REFERIDA MARCA.

CONTACTE TELEF. 243 19 51 (Residência) depois das 19 h. — TELEF. 36 21 67 — ADFA

FEDERAÇÃO MUNDAL DOS ANTIGOS

A AO ELO SUBLINHA DA ADFA NA FMAC

faço para de pontos todas as dem inte-caso parti-DFA e a

ta a proxi-do nosso m Atenas, stadia em pontos de

gentes da questões scutidas e como se a reunião. bém esta a dispo-la ADFA, o com o al de Rea- e aborá-da reabi-gal e no l, e sobre le desem-conhecer sições da blema da bém por neu inter-

s assun-tes a de-união do a FMAC, m Atenas nês de

— Uma cidirá so-la FMAC a Assem-ve lugar já o que se ue convi-actividade ociações nínios da social, no situação e guerra, no desar-jeito dos n, no de-onómico, nitir, pela ricias, às aíses em mento fa-projects ais.

almente ativas às próximo 95 é um constitui to fim da e da cria-Jnidas, e elebrar o a criação rial dos res. Va-utir sobre tais cele-

rogativas eral da bém ana-de admi-ciações.

Belgrado ança ito

medida a Belgrado 3, Desar-ração na correr de que será C, irá re-FMAC na

S. WOURGAFT — A FMAC espera que dessa reunião resultem medidas concretas. O objectivo da reunião de Belgrado é estudar, tendo por base o documento final da Reunião de Madrid sobre a Segurança e Cooperação na Europa, as medidas concretas que as associações podem tomar para que sejam postas em prática as recomendações de Madrid, a redução da corrida aos armamentos, progredir em direcção ao desarmamento e desenvolver a cooperação sobre todos os princípios do Acordo Final de Helsínquia, a cooperação sobre o plano social, cultural, humanitário.

Clima internacional cada vez mais tenso

ELO — É possível referir medidas concretas que estejam em perspectiva?

S. WOURGAFT — Tratar-se-á sobretudo de acções a empreender pelas associações nos respectivos países. No clima internacional actual, cada vez mais tenso, tudo o que possa ser feito para ultrapassar a desconfiança e desenvolver uma maior confiança entre os estados e os povos é bastante importante. A conferência de Belgrado é organizada por quatro organizações internacionais que cooperam juntas no seio da Comissão de Coordenação para o Desarmamento, além da FMAC, há a Federação Internacional dos Resistentes, que congrega os países da Europa de Leste, e alguns da Europa Ocidental, a Federação Internacional dos Antigos Prisioneiros e a Confederação Europeia dos Antigos Combatentes, constituindo esta sua composição alargada uma garantia de iniciativas para instalar a confiança e ultrapassar a desconfiança.

No domínio da detenção da corrida aos armamentos e do progresso para o desarmamento, nós não somos «governos», não possuímos o poder e autoridade para tomar decisão, não podendo ser as medidas concretas nestas circunstâncias senão uma acção concertada junto da opinião pública, dos países respectivos, para que exerça pressão sobre os governos para progredirem nesta via. Vamos provavelmente decidir, dentro deste espírito, vir a preparar uma reunião mundial sobre a segurança, a cooperação e o desenvolvimento que virá a ter lugar nos finais de 1986.

A reabilitação entre as preocupações da FMAC

ELO — Os problemas dos deficientes e vítimas de guerra a merecer uma atenção especial da FMAC?

S. WOURGAFT — Certamente, pois desde a sua criação, em 1950, a FMAC propôs-se reunir os antigos

combatentes, que tinham lutado frente a frente, para desenvolver a cooperação entre eles, e igualmente melhorar a situação dos antigos combatentes, particularmente no caso dos deficientes de guerra. Portanto, os problemas da reabilitação estiveram sempre no primeiro plano dos interesses da FMAC, continuam a ser debatidos nas reuniões estatutárias da FMAC, assim como na Comissão Permanente para os Assuntos Europeus existe um grupo de trabalho para os assuntos sociais. Tais problemas não se encontram nunca completamente resolvidos pois são problemas evolutivos por duas razões: porque o indivíduo muda e muitas vezes com a idade os problemas dos deficientes de guerra agravam-se; porque os progressos técnicos fazem com que as soluções válidas há vinte anos sejam hoje substituídas por outras melhores.

Possuindo nós hoje associações de 54 países, é sobretudo entre os países do Terceiro Mundo que os problemas de reabilitação são mais agudos.

Diminuir o Armamento garantindo a Segurança

ELO — Dado o empenhamento da FMAC em estar informada no campo da Segurança e do Desarmamento, considera-se a FMAC como uma sentinela atenta à possível deflagração de uma nova guerra mundial?

S. WOURGAFT — A FMAC, é constituída fundamentalmente pelas suas associações, há um secretário-geral, um secretário-geral, um conselho executivo, mas são as associações que desenvolvem as actividades nos seus países respectivos. Por outro lado, a FMAC não está equipada e não tem a possibilidade de ser um centro de informações sobre as questões do desarmamento. Como sabe, há institutos com investigadores que se dedicam a isso, por exemplo, o Instituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz, de Estocolmo, que é o principal e o Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento, em Genebra.

Não é esse o papel da FMAC, o que importa é que possamos dar informações às nossas associações para que possam agir nos países respectivos, informações que comunicamos no decorrer das reuniões, das discussões, em Belgrado, e Atenas, por exemplo, agora.

Não somos especialistas em desarmamento, não podemos dizer que se deva empregar tal arma em vez de outra, o que podemos dizer simplesmente é que conhecemos os sofrimentos da guerra, que estamos convencidos que há outros meios de resolver os conflitos internacionais e as difi-



Serge Wourgaft durante o encontro com o

UMA QUE HONRA

O senhor Serge Wourgaft, secretário-geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC), veio ao nosso país a fim de preparar, conjuntamente com a Direcção Central da ADFA, a próxima reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus (CPAE), que se irá realizar em Lisboa de 24 a 27 de Fevereiro de 1985.

Proveniente de Paris, chegou ao aeroporto da Portela no dia 5 do corrente mês, pelas 11 e 45 horas; aí era aguardado por elementos responsáveis da ADFA, que em seguida o conduziram ao hotel onde ficaria instalado durante a sua estadia.

ATENAS: PREPARAR A REUNIÃO EM PORTUGAL

Após o almoço efectuou-se nas instalações da ADFA uma sessão de trabalho, que se prolongou até às 21 horas. Na referida sessão foi elaborada uma análise da política da FMAC no que se refere a temas da actualidade e de interesse específico para a ADFA, tais como: reabilitação, integração, apoio social, cooperação, desenvolvimento e ainda os problemas particulares que se levantam aos deficientes naturais dos países cuja independência foi obtida através de luta armada, e que combateram contra os movimentos de libertação. Foi também entregue à Direcção Central um relatório contendo o balanço das actividades da FMAC entre 28 de Outubro de 1982 e 15 de Agosto de 1984.

SEDE DA ADFA NOVAMENTE

Ultimamente os jornais voltaram a referir-se ao Palácio da Independência, tendo em causa a sua ocupação pela ADFA. Isto, na sequência de uma notícia vinda do Brasil, referindo que a Federação das Associações Portuguesas naquele país pretende usar o palácio para um centro de cultura brasileira, sob a égide da Sociedade Histórica.

Volta, assim, a ganhar foros de actualidade a questão do Palácio da Independência.

Isto, depois de há cerca de ano e meio, conforme noticiado oportunamente no «Elo», o Ministério das Finanças ter, por despacho, atribuído a responsabilidade do Palácio à Sociedade Histórica logo que a Associação abandonasse as instalações. Na sequência deste despacho, que a ADFA repudiou, a Direcção Central fez várias diligências, acabando por lhe ser garantida a sua participação na procura de uma solução adequada, nomeadamente a

AL DOS ANTIGOS COMBATENTES EM PORTUGAL



Serge Wourgaft durante o encontro com o Secretário Nacional de Reabilitação

UMA VISITA QUE HONRA A ADFA

O senhor Serge Wourgaft, secretário-geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC), veio ao nosso país a fim de preparar, conjuntamente com a Direcção Central da ADFA, a próxima reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus (CPAE), que se irá realizar em Lisboa de 24 a 27 de Fevereiro de 1985.

Proveniente de Paris, chegou ao aeroporto da Portela no dia 5 do corrente mês, pelas 11 e 45 horas; aí era aguardado por elementos responsáveis da ADFA, que em seguida o conduziram ao hotel onde ficaria instalado durante a sua estadia.

ATENAS: PREPARAR A REUNIÃO EM PORTUGAL

Após o almoço efectuou-se nas instalações da ADFA uma sessão de trabalho, que se prolongou até às 21 horas. Na referida sessão foi elaborada uma análise da política da FMAC no que se refere a temas da actualidade e de interesse específico para a ADFA, tais como: reabilitação, integração, apoio social, cooperação, desenvolvimento e ainda os problemas particulares que se levantam aos deficientes naturais dos países cuja independência foi obtida através de luta armada, e que combateram contra os movimentos de libertação. Foi também entregue à Direcção Central um relatório contendo o balanço das actividades da FMAC entre 28 de Outubro de 1982 e 15 de Agosto de 1984.

Este irá ser apresentado pelo secretário-geral no próximo Conselho Geral da FMAC, que decorrerá no mês de Outubro, em Atenas, e onde a ADFA se fará representar.

CPAE: PROGRAMA PROVISÓRIO

A presença da ADFA em Atenas trará vantagens não só tendo em vista uma participação mais activa na Federação, como também pelo facto de possibilitar um contacto directo com o presidente da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, o que poderá traduzir-se em sugestões concretas, que de alguma forma venham a contribuir para o êxito da reunião a realizar posteriormente em Portugal.

No dia 6, de manhã, foi levada a efeito uma visita às instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, onde decorrerão os trabalhos da CPAE. As referidas instalações foram alvo dos melhores elogios do senhor Serge Wourgaft, que as considerou excelentes e com todas as condições para o desenrolar dos trabalhos. Em seguida, foram visitados os hotéis que, em auscultação prévia levada a cabo pelo ADFA, tinham oferecido as melhores condições aos participantes. Note-se que deslocação e estadia estão a cargo dos mesmos.

Seguiu-se o almoço, durante o qual foram analisados os principais pontos do relatório já mencionado, nomeadamente os que se referem à ADFA, tendo também sido esclarecidas algumas questões que se apresentavam claras.

SEDE DA ADFA NOVAMENTE NOTÍCIA NA IMPRENSA

Ultimamente os jornais passaram a referir-se ao Palácio da Independência, sendo em causa a sua ocupação pela ADFA. Isto, na sequência de uma notícia enviada do Brasil, referindo-se a Federação das Associações Portuguesas nacionais, o país pretende usar o Palácio para um centro de cultura brasileira, sob a égide da Sociedade Histórica.

Volta, assim, a ganhar fôlego de actualidade a questão do Palácio da Independência.

Isto, depois de há cerca de ano e meio, conforme noticiado oportunamente no «Elo», o Ministério das Finanças ter, por despacho, atribuído a responsabilidade do Palácio à Sociedade Histórica logo que a Associação abandonasse as instalações. Na sequência deste despacho, que a ADFA repudiou, a Direcção Central fez várias diligências, acabando por lhe ser garantida a sua participação na procura de uma solução adequada, nomeadamente a

obtenção de instalações de acordo com a natureza da Associação. Esta garantia é, afinal, uma reiteração da já verificada em 1978, altura em que a questão da ocupação do palácio atingiu a sua maior complexidade.

A ADFA teve já oportunidade de comunicar ao secretário de Estado da Defesa Nacional que, embora se mantenha inteiramente disponível para participar na procura de uma solução, não abdica das exigências desde sempre formuladas,

nomeadamente o direito a uma sede que reúna as condições exigidas pela natureza da Associação e dos associados que tem, tanto no que respeita a situação, como o acesso e a funcionalidade.

Espera-se que a Direcção Central seja recebida nos fins de Setembro pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, com o qual tratará, entre outras questões, este assunto de forma aprofundada.

Pelas 15 horas, efectuou-se uma deslocação ao Secretariado Nacional de Reabilitação, tendo o senhor Serge Wourgaft sido recebido pelo senhor secretário nacional de Reabilitação. De referir que tal não tinha acontecido na sua anterior visita a Portugal, dado o contencioso então existente entre a ADFA e o citado órgão. O encontro demorou cerca de duas horas, durante as quais os dois secretários fizeram exposições mútuas sobre as respectivas organizações, SNR e FMAC, tendo depois sido encetado um diálogo conjunto sobre a temática da reabilitação.

Terminada a audiência e chegados ao hotel, foram ainda debatidos pormenores acerca da reunião da CPAE, tendo sido elaborado um programa provisorio. Constatou-se que se tem gerado uma certa expectativa em tomo da mesma, pelo que as previsões apontam para uma participação massiva. São diversas as razões que explicam este facto, entre as quais passo a destacar as seguintes:

Antecede uma assembleia geral, que irá ter lugar na Holanda alguns meses depois.

Ser realizada em Portugal, que pela sua imagem turística aliciante poderá atrair um maior número de participantes.

É possível que venham a estar presentes entre nós, senão a totalidade dos países europeus representados na FMAC, pelo menos uma maioria substancial. Se tal acontecer, esta reunião virá a tornar-se numa das mais participadas dos trinta e cinco anos de existência da FMAC.

Para a tarde do dia 7 estava programada uma deslocação de carácter turístico, a qual se efectuou na carrinha da ADFA, tendo o senhor Serge Wourgaft visitado o Palácio de Queluz e a serra de Sintra.

SIGNIFICADO DA VISITA

A vinda da principal figura da hierarquia da FMAC, e as discussões que a mesma proporcionou sobre um leque tão variado de assuntos como os que foram abordados e já referidos neste artigo, prestigia a ADFA, não só por o senhor Serge Wourgaft ser uma autoridade reconhecida a nível mundial neste domínio, mas sobretudo por confirmar uma vez mais que a ADFA continua a trilhar o caminho certo. Seguir este caminho significa não recuar perante as dificuldades, tentar superá-las, aprendendo com a experiência de longa data de organizações afins, tendo como objectivo último a obtenção de um meio social mais favorável aos seus associados em particular e aos deficientes em geral.

ADMITE-SE SÓCIO

para trabalhador da Secretaria da ADFA, que satisfaça as seguintes condições:

- Habilitações literárias mínimas: 9.º ano de escolaridade obrigatória ou equivalente;
- Experiência no domínio de expediente e arquivo de secretaria;
- Alguma prática de dactilografia e mecanografia;
- Conhecimentos referentes à legislação relativa a deficientes das Forças Armadas e dos deficientes em geral;
- Facilidade de expressão escrita.

As respostas devem ser enviadas até ao dia 30 de Setembro para:

Associação dos Deficientes das F. A.
Secção de Pessoal

Palácio da Independência
Largo de S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

NOTA — Só serão consideradas as respostas que satisfaçam os requisitos referidos.

OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA

EXECUTA
TÓDOS OS TRABALHOS
DE TIPOGRAFIA
E ENCADERNAÇÃO

FIQUEI ENVOLTO NUMA GRANDE ESCURIDÃO PERDIDO NAQUELA CONFUSÃO DE GRITOS E ATROPELOS

Portugal. Pequeno país situado no sudoeste da Europa. Durante muitos anos dominado por uma classe conservadora e caduca. Ultrapassando os limites da mais elementar decência, utilizando uma política de feroz repressão alicerçada num sistema fascista, que aos poucos, fruto da tenaz e persistente luta do povo se ia desvanecendo, os governantes iam mantendo um país cada vez mais afastado da civilização europeia. Drogados psicologicamente logo na escola primária, a criança portuguesa era obrigada a engolir doses maciças de nacionalismo mentiroso e estéril. Santos e heróis, mascaravam a pobreza e miséria social da maioria das famílias portuguesas. Na década de sessenta, talvez devido à inflação que na altura já se fazia sentir, poucos santos já se fabricavam. O papel político da Igreja e sua consequente influência sobre o povo maioritariamente crente, ia perdendo peso. Os milagres começavam a escassear.

Havia que produzir algo que entretesse o povo e o fizesse esquecer das dificuldades que o regime o obrigava a suportar. Havia que incentivar a produção de heróis neste país de nobre povo nação valente!...

Entretanto, a luta dos povos africanos sob dominação portuguesa atingia o auge. A partir de 1961 os jovens portugueses são enviados em massa para as ex-províncias

Cantanhede 13/9/52. Nasce mais uma criança do sexo masculino. Filho de pais pobres, vem ao mundo num momento em que a situação económica de seus pais, sem ser famosa, não é das mais desesperadas. A melhor riqueza daquela família é a saúde do seu chefe, isto para além de algo muito importante para qualquer lar. O chefe de família tinha na altura um emprego certo. Motorista de uma empresa de camionagem de Coimbra, o pai do José Adelino Figueira Guerra, este o nome da criança com que iniciamos este trabalho, não evitou a emigração para o estrangeiro. Como uma boa parte dos homens daquela zona, lá seguiu para o desconhecido à procura de melhores condições de vida.

Com 12 anos de idade tive a noção de que o meu pai ia para a emigração por necessidade... Assim nos diz o camarada Guerra. E continua:

— Fui viver para Mira, terra de pescadores que viviam numa total situação de miséria. Sem ser rico, nem nada que se parecesse, no meio de toda aquela miséria a minha família poderia considerar-se abastada! Mais tarde, e como acontecia com muitos jovens da altura, fui para o Seminário da Figueira da Foz. Não sei, ainda hoje não estou certo se foi por vocação ou por necessidade que fui colocado no Seminário. Penso no entanto que, se fosse mais abonado economicamente, teria ido estudar para outro local que não fosse aquele. Perguntamos ao Guerra se considera haver alguma ligação entre a sua ida para o Seminário com a possibilidade dos seus pais o tentarem livrar à tropa: Penso que não, responde-nos ele. O meu pai não acreditava que a guerra durasse tanto tempo!...

Mais tarde saí do Seminário e consegui emprego na Câmara Municipal de Cantanhede.

Antes da tropa tentei acabar o 7.º ano, mas estranhei a forma de ensino fora do Seminário! Não conseguindo terminar o 7.º ano que me impossibilitava de ir para o COM, o que para mim era uma certa desilusão, ofereci-me como voluntário para a Força Aérea. Foi uma resolução que tomei, em parte motivada pela frustração de não conseguir completar o 7.º ano. Na Força Aérea fui piloto de aviação TG e DO. Esta vida, apesar de tudo aliciente atenuou a minha frustração anterior. Tinha vários amigos no COM, e sinceramente senti-me triste por me separar deles. Começava aqui a sentir os primeiros efeitos negativos da vida militar, mas enfim; havia que resistir.

Como vias a possibilidade de ir para a frente de combate?

Já que o serviço militar era obrigatório, aceitei essa possibilidade como um facto consumado. Tinha consciência plena de me considerar um dos milhares de candidatos a morrer ou ficar ferido, mas nunca vi isso como motivo de desgraça! Cá no íntimo não aceitava aquela guerra, mas se tivesse de ir... Tinha porém a certeza de uma coisa: Não era minha intenção assu-

mir a minha posição de patriota da forma que ma queriam impingir. Não aceitava aquela guerra como factor inevitável para a defesa da soberania nacional. Ainda hoje não aceito seja que guerra for. Não acredito em guerras justas!... Continua o nosso camarada:

Em Abril de 74, estava em S. Jacinto no curso de pilotagem, tendo-o terminado em Julho do mesmo ano. Cheguei mesmo a estar mobilizado para Angola, acabando porém por não ir.

Os teus pais continuavam em França?

Sim. Cheguei mesmo a ir visitá-los. Foi a última vez que os olhei!...

Naqueles breves momentos que se seguiram a esta frase dita com tanta simplicidade e sem rodeios, nem a experiência de mais de 10 anos na ADFA em permanente contacto com deficientes, evitou que sentisse entrar pelo corpo dentro um ar terrivelmente frio capaz de gelar o mais quente dos mortais! Um longo arrepio me sacudiu, como se ali mesmo à minha frente se processasse a mais fantasmagórica aparição!...

Uma granada «por brincadeira»

Continua, balbuciei. Serenamente, sem compreender... a minha pausa, continuou: depois de desmobilizado, continuei a minha vida militar em Tancos até Junho 75.

A deficiência, como aconteceu?

No dia 30 de Junho, um pára-queda, um daqueles que gostavam de se exhibir!... Atirou uma granada para o meio de um grupo de militares que se encontrava perto de mim. A granada caiu, fazendo correr em várias direcções aqueles que se encontravam nas imediações. O autor da proeza ria com vontade, como se tivesse feito algo de importante. De seguida, e sempre a rir dirigiu-se à granada não obedecendo aos avisos de todos nós que cautelosamente nos aproximávamos. Quando agarrava novamente a granada, esta repentinamente rebentou!... Ao som dos muitos gritos que imediatamente se fizeram ouvir, senti escorrer pelas faces sangue que jorrava em grandes quantidades. Apercibi-me de imediato que algo de grave tinha acontecido. Fiquei envolto numa grande escuridão, perdido naquela confusão de gritos e atropelos. Fui evacuado para o Hospital da Estrela, onde cheguei consciente, embora com muitas dores.

O pára-queda como ficou? Embora sabendo onde eu estava, nunca me visitou. Fui informado que ficou muito debilitado psicologicamente. Só via o problema dele. Ficou amputado de uma mão. O provocador directo da minha cegueira, por aquilo que me disseram, mesmo estando perto de mim, nunca se deu ao cuidado de me visitar!

Enfim. Ainda hoje encaro aquela atitude de uma forma

ultramarinas combater o inimigo?!... cujo único crime era o de defenderem o que por direito lhes pertencia.

Esta guerra, à qual o glorioso 25 de Abril de 74 pôs termo, ainda hoje permanece bem viva na memória de milhares de pessoas, que directa ou indirectamente a viveram. Fazem parte deste número os milhares de militares que ficaram deficientes durante a prestação do serviço militar.

Passagem da escuridão para a claridade foi o que nos proporcionou o 25 de Abril. Porém, passados 10 anos desde essa data para muitos é a desilusão. Numa sociedade que se quer cada vez mais justa, em Portugal a maioria dos deficientes são despojados dos mais elementares direitos, estando neste caso muitos deficientes militares, muitos deles sócios da ADFA, que por motivo de uma legislação em tudo ou quase tudo parecida à do tempo de Salazar, se vêem sistematicamente marginalizados independentemente dos governos que vão passando por S. Bento. Todos conhecemos a situação de muitos camaradas portadores de deficiências enormes, e que pelo simples motivo de não estarem contemplados por determinada legislação, se vêem atirados para uma situação de desespero.

É o caso do camarada Guerra, de quem passamos a divulgar uma entrevista que nos concedeu.

humanitária. Nem todos podem ser fortes na desgraça.

Enquanto ouvia o camarada Guerra, quase distraidamente ia pensando no tal pára-queda, que talvez quem sabe, não será sócio da ADFA e lerá esta entrevista. Se assim for, seria bonito que aquele deficiente deixasse o seu egoísmo e enfrentasse de frente a realidade. Ao som das palavras do Guerra, que não tinha parado de falar despertei repentinamente daquele breve sono e ouvi:

O próprio sistema dava azo a muitas situações destas. Pára-quadistas e Comandos, principalmente estes, abusavam por causa da preparação a que eram sujeitos. Eram treinado

também para os meus parentes e amigos.

Mais tarde, foi na Fundação SHAIN onde recomecei uma nova vida e onde me adaptei rapidamente, porque me encontrava psicologicamente reabilitado. Tive e ainda hoje tenho como é humano e natural reclusos e avanços, mas isso é comum a qualquer pessoa, não é assim?

Actualmente sou casado, pai de duas crianças que aceitaram com normalidade a cegueira dos pais!... Esta afirmação já não causou qualquer surpresa por antecipadamente tal notícia já ser conhecida. Conheçemo-nos na Fundação e assim que saímos, casámos. Foi um



O sócio Guerra antes e depois da deficiência

para cumprir e obedecer a qualquer preço, e muitos deles tinham muito pouca preparação. Nada tenho contra eles, mas é isto que ainda hoje penso. Havia uma certa intenção em fazer dos páras e dos Comandos tropa elitizada, que os fazia sentir superiores por exemplo em relação à chamada tropa macaca. O poder tinha essa necessidade, e eles também.

Como soube a tua família do acidente?

Ao certo não sei. Parece que houve o cuidado de informar os meus familiares, mas sem especificar exactamente o que me tinha acontecido.

E tu? Posso perguntar como te sentias?

Eu não sabia se estava invisível ou não, pois tinha ligaduras nos olhos, mas fazia grande esforço para não ter esperanças! É que assim o choque seria menor se a coisa corresse mal, o que aliás veio a acontecer. O médico nada me dizia em concreto, e tive de ser eu a falar com ele para que me dissesse a verdade. O meu pai não aguentando mais tempo na incerteza, levou-me a França com despesas pagas por ele, onde depois de observado ouvi o veredicto: Visão irrecuperável!...

Um lutador

A minha reacção não me causou grande surpresa. Talvez uma certa angústia mais ou menos disfarçada, mas não terror. Isso não. Tive mais medo dos meus pais que de mim. Eu praticamente já me tinha habituado à ideia. Sabia que não era um sonho, infelizmente para mim e

Universidade de Coimbra. Eu olhava para ele, reconhecendo naquela pessoa um símbolo vivo do querer, da vontade e da persistência. Enfim, os atributos de um lutador. Um homem com H grande. A sua voz clara e calma ressoou nos meus ouvidos:

Dificuldades de emprego

Sou estudante do 5.º ano de direito. Tenho vários pedidos de emprego, incluindo o ofício que a Delegação de Coimbra endereçou ao sr. presidente da Câmara, pois tanto eu como a minha esposa estamos devidamente habilitados a exercer funções várias.

Confirmámos o nosso empenhamento na sua possível colocação, informando que até à data nada conseguimos. Começaste a estudar em Lisboa?

Sim. Fiz lá o 1.º e o 2.º ano. Trabalhava de dia e estudava de noite. Fui sempre muito ajudado pelos colegas, que sempre compreenderam a minha situação, talvez por termos muitos problemas em comum. Todos éramos trabalhadores estudantes e compreendíamos bastante bem. Fiz lá bons amigos. Já em Coimbra, tenho sentido mais problemas de integração. Sentia a população de Lisboa mais preparada para a problemática dos deficientes!...

Quando à população estudantil a diferença acho-a muito grande. Em Lisboa éramos uma autêntica família de pessoas adultas que se sacrificavam depois de um dia de trabalho na perspectiva de no futuro alterarem a sua situação, enquanto aqui em Coimbra, estudo juntamente com pessoas muito jovens, desconhecendo ainda as agruras da vida. É evidente que têm os seus próprios problemas e que não são poucos, mas na sua maioria não estão preparados para serem colegas de um invisível um pouco mais velho que eles. Não sou maltratado, antes pelo contrário, mas sinto à minha volta um certo pouco à vontade. Muitos deles pensam que eu ando aqui a arrastar-me, mas a culpa não é deles.

Então e a ADFA? Perguntámos:

A primeira vez que tive contacto com a Associação foi através do rádio, e desde logo fiquei sensibilizado. Vi na ADFA uma organização a sério onde os problemas eram comuns. Fiz-me sócio em Lisboa. Quanto ao trabalho desenvolvido pela nossa Associação, tem cumprido mais ou menos o seu papel, mas ultimamente tem ficado aquém das suas obrigações, principalmente em relação aos camaradas considerados em serviço, e aqueles que não têm qualquer estatuto. Não posso deixar de aproveitar a ocasião sem manifestar o meu descontentamento pela forma como fui

recebido na sede em Lisboa por alguns trabalhadores. Ninguém me quis bater, mas achei dois ou três trabalhadores muito pouco dinamizados. Ainda em relação à ADFA noto muito pouco espírito de solidariedade para com os deficientes não em campanha. Existe muito pouca preocupação em relação aos seus associados, ou para ser mais exacto, em relação a certos associados. Noto a Associação muito parada e sem força reivindicativa. Nas conversas que tenho mantido com vários associados, quase todos são unânimes em reconhecer o mesmo. Existe neste momento muito pouca confiança na ADFA. Não vejo, mas sinto. O próprio Elo comprova as minhas opiniões. A ADFA corre o risco de se transformar num mero clube onde de vez em quando se juntam para passar um bocado. Pergunto:

Para além do trabalho de secretaria, concretamente que mais tem feito a ADFA?

Sócios cegos têm direito a ler o «Elo»

Onde está a luta pela reintegração social e profissional dos associados da ADFA? Os que se safaram?!...aqueles que foram considerados em campanha, refiro-me a alguns camaradas pois felizmente há excepções, pouco se preocupam, não respeitando os outros que são a maioria fazem de conta que tudo está bem. Estão neste caso alguns elementos dos órgãos sociais da nossa Associação, que parecem ter-se desligado das suas responsabilidades como responsáveis de uma Associação como a nossa. Continuo sem perceber, como é que uma Associação como a nossa, onde estão inscritos tantos invisíveis continua sem nos dar hipóteses de lermos sem a ajuda de terceiros o nosso jornal. Não seria um bom investimento? Não seria uma forma extraordinária para a valorização dos associados cegos? Será isto sonhar alto? Perde-se muito tempo na ADFA em discussões estereis e inúteis, e são deixados para 2.º plano a resolução dos grandes objectivos. A continuarmos assim, não tenho dúvida que teremos uma vida curta. Somos pioneiros na dura luta pela emancipação dos deficientes em Portugal, é um facto. É tempo de passarmos mais aos actos. A continuar assim, voltaremos a ser veículos promotores de caridade, continuando a servir instituições que no passado não muito recente nos espezinharam sem quaisquer contemplações. Compete à ADFA não deixar que isto aconteça. Só a força conjunta de todos nós dará esperanças para o futuro.

Manuel Maia

FRANÇA EDITA GUIA PARA DEFICIENTES

Os Serviços Oficiais do Turismo Francês em Portugal enviaram-nos dois pequenos livros editados naquele país em Francês, Inglês e Amelão com a indicação de todos os lugares públicos com a acessibilidade a grandes deficientes motores.

Um dos referidos livros indica os serviços existentes nas diversas cidades para deficientes motores, cegos e surdos desde hotéis, campismo, transportes (metro, comboio, autocarros, transportes especiais, etc.), turismo, cinemas, teatros, museus, assistência médica, piscinas, igrejas, hospitais, bancos, telefones, etc.

O outro livro indica as auto-estradas e os serviços que dispõem com acessibilidade a grandes deficientes motores, estações de serviço, motéis, snack-bar, casas de banho, etc.

Estes livros são o resultado de um trabalho minucioso do Ministério dos Transportes e Secretaria de Estado do Turismo, num país onde a problemática do deficiente se encontra bem mais equacionada que em Portugal, onde ainda estamos na Idade Média da integração social do deficiente.

CULTURA

A DEFICIÊNCIA E SEUS PRECONCEITOS EM CENA

O bom trabalho levado a cabo pelo grupo de actores e por toda a equipa que pôs em cena a peça «Filhos de Um Deus Menor», de Mark Medoff, assim como as potencialidades de sensibilização do público em geral para a problemática da deficiência, contrastam com a estreia tardia da mesma peça, que só esteve em cena de 12 de Julho até 29 de Julho, tendo sido vista, mesmo assim, por cerca

«A surdez é um silêncio cheio de sons», é uma frase emblemática que traduz a posição de partida de Sara, personagem principal da peça, uma surda profunda que recusa o mundo dos ouvintes, confrontando-se com Sara ao longo da peça toda uma série de figuras e atitudes, desde o professor e o director da escola, à mãe e ao marido, e aos colegas, meio-surdos que se julgam superiores aos surdos profundos. O deficiente, farto de abrir o seu mundo dos outros fechou-se dentro de si, decide mostrar que o seu mundo também

não é transponível; desta posição de reivindicar a sua marginalidade, Sara parte para uma viagem ao longo da peça, até reconhecer que *ninguém tem o direito de fazer os outros à sua imagem.*

Um cenário único e funcional, da autoria de José Cunha, desdobrando-se em diversos recantos que constituem de um modo imediato os enquadramentos bastante diversos em que se desenrola a peça, constituiu uma boa solução para acompanhar «realisticamente» cada uma das cenas que ia ocupando suces-

sivamente o palco, contribuindo também a iluminação de Orlando Worn, para «criar» o espaço fechado de cada cena.

O desempenho dos actores mostrou-se bastante convincente, não nos deixando de merecer Teresa Madruga um destaque especial. A João Perry coube um papel difícil pela sua versatilidade, a quem cabiam sucessivamente o papel de professor, apaixonado, marido. A linguagem gestual, um elemento imposto pela natureza dos personagens, mostrou-se enriquecedor de toda a representação.



Teresa Madruga e João Perry

ENTREVISTA COM TERESA MADRUGA

Através de uma pequena entrevista com a actriz Teresa Madruga, que representou o papel de Sara, surda profunda e cujo desempenho nos merece o maior elogio, tivemos conhecimento de um dos motivos da estreia tardia da peça e procuramos transmitir um pouco da sua vivência nesta peça, em que a situação de deficiência está em primeiro plano.

À admiração pelo desempenho do papel de Sara por Teresa Madruga, juntou-se o reconhecimento do enorme esforço a que foi obrigada pelo curto espaço de tempo em que ensaiou a peça, pois soubemos que foi chamada só no princípio de Junho, para substituir uma pessoa que até aí tentara o desempenho do mesmo papel, o que nos explicou a estreia da peça um mês após a realização do XV Congresso de Reabilitation International. Como ela nos disse *foi um trabalho muito duro, de 14 horas por dia, o que a impediu de desenvolver um maior contacto com pessoas surdas.*

Visivelmente cansada, quando nos recebeu numa tarde quente de Julho, uma semana após a estreia da peça, o seu cansaço contrastava com o desempenho firme do papel de Sara. E apesar de cansada, não deixou de nos receber com simpatia e agrado para falar aos leitores do Elo, do seu trabalho e da peça «Filhos de um Deus Menor».

As mãos é que falam

ELO — Como encarou a situação nova que o papel de Sara constituiu para o actor, dado se tratar de um papel central em que o actor se vê privado da linguagem oral?

TERESA MADRUGA — *Era um bocadinho complicado, ao princípio. Às vezes saíam-me mesmo as palavras e ia articulando o texto ao mesmo tempo que fazia os gestos. Foi um bocado difícil combater isso, tendo vindo a substituir as articulações por pequenos sons e respirações, que os*

surdos também têm. A cabeça deles funciona de outra maneira e as mãos é que falam, sendo a cara mais um apoio das mãos. Aprender isso foi muito enriquecedor e até acho que é interessantíssimo para qualquer actor, obriga a uma histrionmia muito maior: tem que se estar sempre a mexer a cara e o corpo, e todo o corpo apoia cada gesto que quer dizer uma coisa, às vezes fazer só o gesto não chega, tem que se ter uma expressão de corpo e cara, senão o outro surdo não percebe o que a gente está a dizer.

Ao nível de trabalho de actor, eu achei fascinante, só achei pena ser o tempo tão curto. O mais difícil para mim foi ser feito em condições especiais, porque o não falar também é uma aposta, é um desafio como qualquer experiência nova. Posso dizer mesmo que gostei muito deste trabalho e é pena ele não ficar mais tempo.

Detesto ter pena de alguém

ELO — Através da personagem Sara, surda profunda, como se sentiu na pele de um deficiente? Tal papel levou-a a encarar a deficiência de um modo diferente?

TERESA MADRUGA — *Eu gosto sempre muito dos papéis que faço. Procuo defendê-los o máximo. Naquilo que tentei fazer, procurei não contrariar em nada as ideias que apanhei nos poucos contactos que tive com as pessoas surdas. Mas, como se diz na peça, nenhum deles gosta de se considerar desgraçado. Todos eles se defendem e sabem defender-se a eles próprios e têm uma força interna bastante desenvolvida e detestam que tenham pena deles. Isso estava de acordo com a ideia que eu já antes tinha deles, antes de os conhecer, porque à partida detesto ter pena de outras pessoas. Quando se tem pena de outras pessoas é porque já não há nada a fazer.*

O que calculava que hou-

vesse, embora não possuísse dados concretos, era uma certa marginalização das pessoas, de certas pessoas, porque a sociedade está construída assim.

Sobre o caso da surdez, da deficiência específica referida na peça, percebo que há toda uma sociedade que não informa as pessoas. Muitos desses casos devem dar-se por ignorância das pessoas, por não saberem que determinadas doenças podem causar anormalidades nos filhos.

Uma peça com potencialidades de sensibilização

ELO — Para além do seu valor dramático, a sensibili-

zação do público para a situação da deficiência através dela é uma realidade?

TERESA MADRUGA — *Pretendia-se uma sensibilização do público, pelo que se trata de uma peça facilmente compreensível pelo grande público, agradável de ver. Pretendia-se que ela alertasse o público para este problema, claro que ligado a outros problemas que não o da surdez em si mesma. Não sei se se consegue bem esse alerta, mas potencialmente acho que se pode conseguir. Sei que têm vindo grupos de professores, grupos de surdos e que têm aderido bastante bem à peça, tendo já sido pedido*

Apesar de as possibilidades de reposição da peça serem remotas, não deixamos hoje de fazer uma merecida chamada de atenção, constituída por uma entrevista com Teresa Madruga, um artigo de opinião e um pequeno apontamento crítico. Note-se que a temática da peça, assim como a qualidade da sua produção justificariam que a mesma fosse filmada para a Televisão.

contactos para virem a dar cursos às escolas. Havia pessoas que tinham receio que os surdos se sentissem «maltratados» pela peça, mas têm sido eles os primeiros a virem-nos felicitar. Além disso, as pessoas têm-se mostrado muito surpresas, não esperavam uma peça assim, reconhecem que nunca tinham pensado nestes assuntos e isso já é alguma coisa.

Achei muito fascinante fazer este papel e é a linguagem gestual que enriquece o mesmo, mas só se for feito um trabalho correcto é que se pode sensibilizar as pessoas. Se a linguagem não fosse certa e a correcta, se

fosse uma macaque ou a fingir, de certeza que não dava para que as pessoas fossem sensibilizadas, para que tomassem a sério a peça.

Interrogar o «espelho» das imagens da deficiência

ELO — A representação de «Filhos de um Deus Menor» levou-a de certo a fazer uma leitura da peça em que algo se evidencia mais. Quais as cenas que para si possuem mais força?

TERESA MADRUGA — *Na peça não está só o*

(Continua na 10.ª pág.)

«FILHOS DE UM DEUS MENOR»

PARA ALÉM DO DEFICIENTE ESTÁ A PESSOA

A peça «Filhos de um Deus menor» trata essencialmente a questão da comunicação entre as pessoas. Para realçar bem essa questão, o autor insere-a num contexto deveras favorável — o relacionamento entre surdos e pessoas que ouvem.

Assim, quando esperávamos ver uma peça a tratar a problemática dos deficientes, como o título parece indicar, encontrámos, de facto, a questão da comunicação, servindo a questão dos deficientes mais como contexto ou meio de realçar um problema levado até às últimas consequências.

Os filhos de um «Deus menor», marginalizados, povoando um mundo próprio, à parte, são três: Sara, Lídia e Paulo. Sara, surda congénita total e utilizando apenas a linguagem gestual, otimiza a sua própria marginalização, encontrando no seu mundo uma riqueza com que joga e se afirma. Lídia, não totalmente surda e conseguindo utilizar a linguagem oral, pretende um lugar por qualquer preço no mundo dos outros. Paulo, também com audição residual, é o deficiente consciente e revoltado, procurando dar corpo a essa revolta, pelo que se empenha na organização de uma luta em que os surdos frontal e mesmo violentamente se imponham aos outros.

Tanto a luta de Paulo como o posicionamento de Lídia constituem acções colaterais, com o fim de fazer realçar a luta de Sara, a personagem que anima a acção central.

A acção decorre num instituto de recuperação de surdos. O director do instituto e o professor Louro (terapeuta da fala), têm como função transformar, na aparência, os surdos à imagem dos outros. E só na aparência, porque o único objectivo é que eles sejam capazes de utilizar a linguagem oral, mantendo-os, depois disso, marginalizados, o que é evidenciado, desde logo, pelas tarefas que podem exercer — apenas limpeza das casas de banho.

Sara, personagem central, nega-se a entrar nesse jogo. Profundamente marcado pelo seu passado, em que esgotou todas as possibilidades de coexistência com os outros, no mesmo plano, inclusivamente no domínio sexual, refugia-se no seu próprio mundo, encontrando aí uma riqueza que o mundo dos outros não tem. Riqueza de que não está

disposta a abdicar por qualquer preço. Instalada na sua fortaleza de silêncio, terão que ser também os outros a vir até ela e não só ela a ir até aos outros. É neste nível que se desenvolve o complicado relacionamento que irá ter com o professor, relacionamento que vai até ao casamento.

Sara, diferentemente dos outros dois surdos, vive, pois, um profundo e violento conflito, dividida entre dois mundos. Nega-se, simultaneamente, a abandonar o seu mundo do silêncio (povoado pelos sons da Primavera que irrompe) e sente-se atraída para o mundo do professor. Há aqui uma luta entre o mundo do silêncio e o mundo dos sons. E não é o mundo dos sons que definitivamente triunfa, como pareceria óbvio. O terapeuta da fala deixa de o ser para desempenhar a função de homem, transigindo e aceitando a comunicação exclusivamente através da linguagem gestual. Só assim é que Sara consegue triunfar, impondo no fim, como, aliás, durante toda a peça, um equilíbrio e um compromisso: a ligação entre ambos assente numa relação em que cada um mantém a sua individualidade.

É a partir deste fim que se entende que a peça trata algo mais que a própria problemática dos deficientes. Ou seja, que o seu objectivo não é exactamente esse.

Os deficientes (neste caso auditivos) surgem aqui como forma de marcar mais nitidamente um problema geral, que diz respeito a todas as pessoas — a comunicação.

A verdadeira problemática tratada não é, pois, a dos deficientes, mas a de relação entre pessoas, sempre diferente e emergindo cada qual do seu próprio mundo — um mundo diferente. Sara, surda de nascença, encurralada no seu mundo pelo abandono e desprezo dos outros, representa todo o indivíduo que se refugia em si próprio na difícil luta pela vida. O facto de ser deficiente torna mais nítida essa luta.

Não é, pois, exactamente de marginalização dos deficientes que se trata. É antes da individualidade, do mundo à parte de cada um (do homem), simultaneamente terrível e rico, mortificador e agradável, angustiante e delicioso. Um

(Continua na 10.ª pág.)

VIDA ASSOCIATIVA — DELEGAÇÕES

CAMPISMO

DELEGAÇÃO DO PORTO

REUNIÕES DE SÓCIOS

Vão realizar-se reuniões de sócios dia 6 de Outubro, pelas 15 horas, nas instalações da Delegação do Porto, em Viana de Castelo, no Sindicato dos Empregados de Escritório, e em Lordelo — Paredes, concentrando-se aí os sócios junto aos Bombeiros Voluntários. Efectuar-se-ão ainda outras reuniões, das quais será enviada convocatória aos sócios. Debater a vida associativa e as actividades da Delegação do Porto constituirão os principais pontos da ordem de trabalho das reuniões indicadas.

EXPOSIÇÃO DA ADFA

NAS FESTAS DO BARREIRO

Por ocasião das festas populares do Barreiro e o convite do respectivo município a ADFA instalou uma exposição em que se mostrava de uma forma simples e acessível todo o histórico da nossa Associação.

A exposição que se encontrava em excelente localização na Escola Alfredo da Silva foi muito visitada.

Esta iniciativa teve a colaboração da nossa Delegação em Setúbal.

SÓCIOS FALECIDOS



MANUEL PEREIRA DE SOUSA, faleceu em Lisboa no passado dia 26 de Agosto vítima de neoplasia da face. Tinha sido vítima de uma mina anti-carro, na Índia, em 1958.

Com a idade de 50 anos era casado e vivia em Lisboa.

A morte verificou-se no Hospital de S. João, no Porto, para onde tinha sido transportado de urgência, da sua casa em Penafiel.



ARMANDO DA SILVA, faleceu no passado dia 1-8-84 devido a assassinato com uma arma de caça.

Tinha sido ferido na Guiné por uma granada de morteiro.

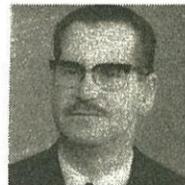
Este sócio era casado e deixa cinco filhos menores. Residia em Vilar da Veiga — Terras do Bouro.



ANTÓNIO LAGE, faleceu em Londres, vítima de leucemia. Foi ferido na Guiné por estilhaços de granada em 1972.

Com 46 anos de idade deixou viúva e um filho menor.

ANTÓNIO MARTINS PEREIRA, faleceu no dia 18-8-84. Este nosso sócio tinha 87 anos de idade e havia tido baixa de serviço por incapacidade física em 24 de Fevereiro de 1919. Era viúvo e vivia em Gondomar.



MANUEL BAPTISTA MARENA, faleceu no Hospital da Marinha em 20-8-84. Tinha sofrido um acidente em Moçambique em 1948.

Com 64 anos deixou viúva e um filho.



MANUEL FERREIRA COUTO, faleceu no passado dia 18-8-84 vítima do «Síndrome Mallory-Weiss com rotura de varizes esofágicas maciças». Tinha sido ferido em combate na Guiné.

Este sócio com a idade de 35 anos era casado e deixou 3 filhos menores. Residia na freguesia de Burgo, concelho de Arouca.

Aos familiares dos sócios falecidos apresentamos os nossos mais sentidos pêsames.



JOAQUIM LUÍS SOARES, faleceu no passado dia 28 de Junho devido a paragem cardíaca. Era DFA com 100% de incapacidade, devido a paraplegia resultante de acidente em campanha na Guiné.

rosos parques privativos do movimento campista e usufruir de descontos em alguns parques comerciais e municipais.

— Receber, se estiver interessado, a revista «Campismo», órgão do Movimento Campista, mediante uma pequena contribuição anual.

Nos próximos números do «ELO», a partir deste, iremos falar de vários parques de campismo, os que se encontram adaptados para deficientes e aqueles que nos parecem merecer uma referência, para o efeito aceitamos sugestões dos nossos leitores sobre parques que conheçam e que considerem valer a pena divulgar.

Sete parques para deficientes

Dos 109 parques de campismo oficiais apenas sete têm as suas instalações devidamente adaptadas para grandes deficientes motores, os quais são os seguintes: parque de campismo da Ponta das Três Entradas — Avô, o parque de campismo da Praia da Saúde — Costa da Caparica, parque de campismo o Repouso — Lagoa da Albufeira, parque de campismo de Milfontes — V. Nova de Milfontes, parque de campismo dos Carriços — Praia de Salema, parque

de campismo Valverde — Praia da Luz e parque de campismo de Armação de Pêra.

de campismo Valverde — Praia da Luz e parque de campismo de Armação de Pêra.

de campismo Valverde — Praia da Luz e parque de campismo de Armação de Pêra.



Neste número falaremos sobre os dois primeiros seguindo nos próximos números a ordem atrás indicada.

O parque da Ponte das Três Entradas, em Avô, situa-se na margem do rio Alva, no distrito de Coimbra, próximo da estrada da Beira e servido pela E.N. 230.

Possui sala de convívio, restaurante, abastecimento, possibilidades de pescar, tomadas para extensões eléctricas, canoagem, parque infantil, correios e várias outras coisas inerentes a qualquer parque de campismo com as devidas condições.

Com capacidade de 150 lugares, numa zona montanhosa constituída por árvores de médio porte embora sem grande densidade na área do parque.

As taxas praticadas são de 30\$00 por pessoa, 20\$00

a canadiana, 35\$00 a tenda e de 50\$00 a 80\$00 a roulotte. O preço do duche quente é de 35\$00.

Um parque que vale a pena visitar entre 1 de Abril e 31 de Dezembro e onde não é exigida a carta de campista.

O parque de campismo da Praia da Saúde, na Costa da Caparica junto à estrada que vai para a Fonte da Telha, possui restaurante, sala de convívio, abastecimento, tomadas para extensões eléctricas, área para lavagem de veículos, jogos, correios, duche quente, etc.

Com poucas árvores e aberto todo o ano, este parque tem preços diários que vão desde 11\$50 por pessoa para os sócios do Clube de Campismo de Almada, 50\$00 para os portadores da carta de campista nacional e 140\$00 para os portadores da carta internacional.

O preço por canadiana ou tenda é de 15\$00 para os sócios, 50\$00 para os titulares da carta de campista nacional e 140\$00 para os possuidores da carta internacional.

Um parque acessível, bem localizado sobretudo para aqueles que gostam de se bronzear e fazer boa praia e com uma capacidade de mais de 2 mil lugares.

sobre a opinião pública para que ela faça pressão sobre os Governos, o que poderá ajudar os Governos a realizar esse acordo. Porque, finalmente, e sobretudo em relação às grandes potências, ninguém quer a guerra nuclear, ninguém quer ver eclodir um conflito mundial, mas os riscos que tal ocorra

por acidente, por cálculos errados, por erros de pertecção nos sistemas de defesa, por falhas técnicas, por ordenadores que não funcionem, tudo isso é cada vez mais possível e de consequências mais catastróficas, quanto mais elevado e sofisticado for o nível de armamento atingido.

REUNIÃO DE SÓCIOS EM CASCAIS

Conforme foi noticiado na última edição do nosso jornal «Elo», os sócios de Cascais estão empenhados na criação do Núcleo, forma mais correcta de impulsionar a participação associativa.

Esta iniciativa, naturalmente terá de ser apoiada pela ADFA, pois o núcleo aparece como estrutura mínima da organização, após a última revisão estatutária em 1983.

Assim, em 20 de Outubro próximo, na Câmara Municipal de Cascais, pelas 15 horas, vai-se

realizar uma reunião com este objectivo, que para além da presença dos sócios de Cascais, contará também com a presença dos sócios dos concelhos de Oeiras e Sintra, que para o efeito manifestaram o seu apoio e interesse.

O dia 20 de Outubro, irá ser, em nosso entender, uma jornada de afirmação da ADFA, e ao mesmo tempo, o assumir da responsabilidade colectiva deste projecto associativo, que há 10 anos nasceu, e que agora continua a crescer com a vontade e determinação dos sócios.

COMPARTICIPAÇÕES ESCOLARES

Os Serviços Sociais das Forças Armadas dispõem de uma comparticipação escolar, a qual se destina aos familiares dos beneficiários dos SSFA desde que paralelamente ao estudo não desempenhem qualquer actividade remunerada e desde que frequentem o Ensino Secundário, Ensino Superior ou Cursos Técnico-Profissionais.

Poderão também candidatar-se a este tipo de comparticipação os beneficiários que tenham descendentes deficientes.

Para a inscrição, que poderá ser feita no Apoio Social da ADFA, é necessário preencher o impresso próprio ao qual se junta documento comprovativo da matrícula, fotocópia autenticada pelo órgão abonador do documento que é exigido para efeitos de abono de família, quando exista.

A inscrição terá que ser feita durante o mês de Outubro e a comparticipação atribuída durante os dez meses de aulas poderá ir de 300\$00 a 3300\$00.

SERGE WOURGAFT EM ENTREVISTA AO ELO

(Continuação da pág. 6)

cuidades entre os países, sem recorrer às armas. Estamos convencidos igualmente, como dizem aliás todos os Estados das Nações Unidas, que a corrida aos armamentos e a acumulação de armamentos não é um factor de segurança, mas de insegurança. E é possível diminuir o nível de armamento, assegurando ao mesmo tempo a segurança de todos os Estados, pequenos ou grandes, de maneira a atingir-se o nível mais baixo possível que garanta a segurança e não o nível incrível, mesmo louco, para o qual caminhamos, porque neste momento, se há cinquenta engenhos nucleares, amanhã haverá cem mil, existe já poder para destruir a população da Terra nove ou dez vezes enquanto, como disse o Primeiro-Ministro da Suécia,

não se pode morrer senão uma vez. Não se vê porque razão se hão-de poder matar hoje nove vezes as pessoas, catorze vezes amanhã. Isto custa somas fabulosas, gastou-se em 1983 dois milhões de dólares por minuto, o que quer dizer que durante esta nossa curta conversa já se gastaram 80 milhões de dólares no mundo. Imaginem o que se poderia fazer com 80 milhões de dólares! Tudo isto continua e alarga-se ao espaço, embora digamos que é preciso parar.

Sabemos que todas as pessoas estão agarradas à segurança dos seus países, mas é possível, num clima de confiança, renunciar à corrida às armas e estabelecer o diálogo entre os Governos. É o que nós dizemos e aconselhamos às associações, procurando agir

Direcção Central desloca-se às Delegações

Com o objectivo de discutir o documento, elaborado pelos órgãos sociais sobre o relacionamento da vida associativa, preparando assim a próxima Reunião do Conselho Nacional, tem a Direcção Central vindo a deslocar-se às delegações, reunindo com os respectivos órgãos sociais.

Em 9 de Setembro, da parte da tarde, deu-se a primeira reunião, dentro do referido âmbito, com a Delegação de Castelo Branco, seguindo-se em 14 de Setembro a reunião com a Delegação do Porto, à noite, e em

15 de Setembro as reuniões com a Delegação de Vila Nova de Famalicão, da parte da manhã, e com a Delegação de Bragança, até altas horas da noite. Seguem-se as reuniões com Setúbal, em 19 de Setembro, Coimbra e Faro em 22, Viseu em 23 e Évora em 26.

No próximo número do Elo será publicado um artigo pela Direcção Central sobre o significado e alcance das mesmas reuniões, que têm tido uma participação interessada e entusiástica das delegações.

DESPORTO

ADFA SOBE AO PODIUM

Não foi em Los Angeles durante as Olimpíadas uma vez que estas são ainda vistas no campo competitivo ignorando o desporto integrado, apesar dos pequenos passos dados no sentido dum desporto para todos, contudo nas últimas olimpíadas houve já duas provas de velocidade (400 m e 800 m) em cadeira de rodas.



O espírito que norteou a realização dos Jogos Olímpicos remota a Atenas há vários séculos e tinha como objectivo o entendimento mútuo, o convívio salutar, enfim, a paz.

O Ideal olímpico está ainda num estádio de emancipação, lento, onde os homens não são iguais, onde há uns que são campeões e outros que são considerados incapazes excluídos da competição, estes são chamados deficientes e são-o porque a Sociedade assim o entende.

Mas, para se alcançar o nosso objectivo, a integração, como tudo na vida é necessário lutar, persistir para vencer.

Somos minimamente pragmáticos, realistas, porque a nossa meta nesta realidade bastante escura, difícil de vencer na corrida que queremos terminar, faz, parte de um percurso cheio de obstáculos a eliminar por fases ou etapas como a reabilitação a todos os níveis, a formação profissional, a adaptação e acessibilidade.

Deste modo, a ADFA, proporcionou a dois associados portadores de grandes deficiências, Horácio Ferreira e Conde Botelho, pela primeira vez a frequência do curso de treinadores estagiários de basquetebol em cadeira de rodas, ministrado pelo Instituto Nacional de Desportos — IND, organismo dependente da DGD, na cidade do Porto, entre 25 de Agosto e 3 de Setembro, conjuntamente com mais oitenta estagiários.

A inscrição para este curso foi feito através da Federação Portuguesa de Basquetebol, cujo presidente se mostrou bastante sensibilizado para a formação técnica de deficientes. Foi portanto ultrapassada, a este nível bastante decisivo, mais uma barreira, ficando com a certeza que depende dos Deficientes terminar a maratona e subir como PESSOA ao podium olímpico.

TORNEIO DE XADREZ

A Associação Portuguesa de Surdos vai levar a efeito, nos próximos dias 20 e 21 de Outubro, um Torneio de Xadrez inserido nas comemorações do seu 26.º aniversário.

No referido torneio participarão várias associações de deficientes com quatro xa-

dreistas cada, além da entidade organizadora, APS.

Os sócios da ADFA simpatizantes desta modalidade podem inscrever-se na secção de desportos para participar nesta prova onde a ADFA se fará representar com pelo menos uma equipa.

TÊNIS DE MESA
TORNEIO DE OUTONO

O DPCD vai levar a efeito o I Torneio de Ténis de Mesa que terá o seu início no dia 22 de Setembro.

Aceitam-se inscrições.

NATAÇÃO INFANTIL

O DDCD/Desp através do Responsável pela natação solicitou à CML a utilização de uma das piscinas municipais.

Tal como nos anos anteriores iremos proporcionar aos filhos dos sócios a prática da natação.

Aceitam-se inscrições nas

idades compreendidas dos 5 aos 12 anos. As aulas serão no período da manhã e tarde e terão o seu início a 24 de Setembro 84 e finalizarão a 15 de Junho de 1985.

N. B. Inscrições limitadas

PARA ALÉM DO DEFICIENTE ESTÁ A PESSOA

(Continuação da pág. 9)

mundo que repele e atrai. Um permanente conflito, que cada um só tem maneira de resolver ou atenuar através da comunicação, da ligação do seu mundo com o mundo dos outros. Mas uma ligação equilibrada. E nunca transferência para qualquer outro mundo, porque seria a perda da personalidade, a anulação do eu, o transformar-se à imagem dos outros.

Nada mais oportuno que o mundo do silêncio, comumente considerado vazio e sem sentido, para realçar esta situação. Mesmo um mundo desses tem força suficiente para impor as regras do jogo.

Há que realçar que, se vissemos a peça exclusivamente pela perspectiva da integração social, ela poderia parecer negativa. De facto, na integração não há resistências deste tipo. E um processo mais exterior, mais formal e, sobretudo, não implica a divisão da pessoa entre esses dois mundos.

Porque o mundo do deficiente, só por se ser deficiente, não existe. A assim não ser, negar-se-ia a integração e considerar-se-ia a marginalização natural. O que existe, realmente, é o mundo próprio de cada um, deficiente ou não, o que é diferente. No caso dos deficientes, poderá esse mundo individual ter certas características próprias, nomeadamente uma maior sensibilidade, enriquecedora da vida, em geral, depois, na integração. Mas apenas isso, pensamos.

A peça é, de facto, audaciosa. corre-se aqui um risco muito grande ao situar a acção na fronteira entre a vida e a deficiência. Corre-se o risco de poder fazer entender que se perfilha (na peça) a perspectiva tradicional de encarar o deficiente — um ser irremediavelmente diferente exterior e interiormente.

A peça terá, pois, que ser vista mais em função do drama da personagem enquanto pessoa do que enquanto deficiente. O ser-se deficiente (situação particular), aqui, é apenas um traço importante para acentuar um conflito que é universal.

Nos aspectos colaterais surge mais nitidamente a problemática dos deficientes e da integração social. Pelo menos pode-se fazer essa leitura. Trata-se, digamos, do enquadramento da acção principal.

A luta pela afirmação, tomada nas suas próprias mãos, sem que sejam os outros a fazer por eles, é a moldura da acção central. A protagonista acaba por atingir esses objectivos, mas no domínio interior, atraído, à primeira vista, o próprio líder da revolta. É que enquanto este vê a luta no domínio exterior, objectivo, formal, Sara movimenta-se no campo da subjectividade, da comunicação interior.

Também aqui a problemática dos deficientes parece ser posta em causa, já que é, de facto, Sara quem triunfa, com a sua subjectividade e até individualismo, prejudicando a luta geral.

Há pois, que ver a peça com este cuidado, sobretudo quando, com olhos de deficientes, vamos preparados para deparar aí com os problemas com que no dia a dia nos debatemos. Encontrámos mais do que isso. Melhor, encontramos a questão tratada para além disso, o que pode deixar esta lição: o problema dos deficientes é infimo, em relação ao grande problema que é a vida das pessoas no seu relacionamento com os outros. E essa dimensão poderá mostrar quão ridículo é uma pessoa ser marginalizada só por ser deficiente.

DELEGAÇÃO DE LISBOA DA DGD
RETIRA CADEIRAS DE RODAS

Foi com espanto que fomos informados que a Delegação de Lisboa da Direcção Geral de Desportos nos tinha retirado quatro cadeiras de rodas que os jogadores da equipa de Basquetebol da ADFA vinham utilizando na prática da modalidade.

Apesar das diligências de imediato desencadeadas pela Associação, foi-nos informado através de ofício que a DGD pretendia a abertura de um Núcleo, pelo que se pressupõe que as referidas cadeiras ali viessem a ser necessárias.

De qualquer forma, se o fomento da política de desporto para deficientes obedece a este tipo de situações anacrónicas, então, não se está a promover o desporto para deficientes, nomeadamente, em cadeira de rodas, mas antes pelo contrário a construir obras de fachada que a lado algum levam.

Com isto, informamos os leitores que voltaremos a pegar no assunto, deixando estas questões:

- É ou não imperativo fomentar a prática do desporto para deficientes?
- A quem o compete executar?
- Será que através do desporto se poderá obter a integração plena?
- A que níveis e de que forma?

CASTELO BRANCO:
TORNEIO DE FUTEBOL

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas — Delegação de Castelo Branco, realizou nos passados dia 3, 4 e 5 de Agosto um Torneio de Futebol de Cinco, nas instalações do RICB.

Este torneio estava enquadrado nas actividades que a ADFA vem desenvolvendo a nível nacional para comemorar o seu X Aniversário.

Nas provas desportivas participaram mais de sessenta atletas da ADFA, dos Bombeiros Voluntário de Castelo Branco, da Guarda Fiscal, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, e do Regimento de Infantaria de Castelo Branco.

O torneio foi muito bem disputado tendo-se sagrado vencedor o RICB que na final venceu a PSP com um convincente seis a um tendo desta forma arrecadado a taça oferecida pela Ourivesaria da Sé, a PSP classificou-se em 2.º lugar em ter-

ceiro, os BVCB em quarto a GF em 5.º e a ADFA em sexto.

O melhor marcador e guarda-redes foram do RICB.

A orientação técnica e arbitragem foi excelentemente efectuada pelo capitão Mendes que contou com o apoio de todas as equipas que deram prova de grande correcção e espírito desportivo.

A organização das provas foi da responsabilidade da delegação da ADFA em Castelo Branco e teve como elementos mais empenhados na sua organização o Garrido e o Júlio Lourenço.

Actividades desta índole são sempre de louvar no entanto, elas devem contar com uma maior participação dos sócios o que só se consegue com uma informação anterior ao acontecimento que pode e deve ser feita no jornal «Elo» além de outras formas de propaganda que também devem ser utilizadas como os «placards» municipais etc.

ENTREVISTA COM TERESA MADRUGA

(Continuação da pág. 9)

ponto de vista da Sara. Está o ponto de vista dos outros, como é por exemplo o ponto de vista dos outros, como é por exemplo o ponto de vista do amigo dela, da escola, o Paulo. O Paulo que é muito mais revolucionário, que quer defender os seus direitos e não admite mais nada. Acho que há várias cenas interessantes e que deu vários pontos de vista. Por exemplo, há aquela primeira cena com a advogada, em que Sara quer falar e o Paulo praticamente fala por ela porque já sabe falar, e

há aquela questão dos meios-surdos se considerarem mais importantes do que os surdos profundos, fazendo no fim a Sara um pequeno discurso em que explica como se sente um boneco nas mãos das três pessoas que a ordeiam, a advogada, o amigo e o marido. Ela ataca o marido porque ele gosta que ela seja muda para a poder ensinar a falar. Diz que o amigo quer a ajuda dela porque precisa de uma surda profunda porque assim ganha mais força a sua causa, enquanto a advogada quer que ela odeie ser surda para que as outras pessoas tenham pena. São várias ideias que existem na cabeça de muitas pessoas e que estão ali retratadas.

Esta cena é contraposta quando marido, depois de elafazer o discurso, diz que

se tu queres que te compreendam e não tenham pena de ti, aprende tu também a nossa linguagem e tenta compreender-nos também a nós. Ou seja, tu que estás no teu mundo não queres que te chateiem, mas porque é que não tentas também entrar no outro lado?

Às vezes há esse ponto de vista dos marginais. Eu sou marginal e os outros são umas «bestas», mas não se tenta compreender o que é que está do outro lado.

Há depois outra cena em que se vê a ideia, o discurso do director, uma discussão entre o director e o marido, retratando-se um ponto de vista mais ou menos oficial sobre as minorias, que são uma espécie de «montra de publicidade democrática», que já se sabe que vencem sempre quando vão a tribu-

nal, mas que isso não tem importância nenhuma.

Acho que essas pequeninas coisas, que estão no meio da peça, são muito importantes porque dão diversas ideias sobre toda essa problemática, que se referem a qualquer tipo de deficiência e qualquer tipo de marginalização.

Teresa Madruga

Dos trabalhos anteriores de Teresa Madruga, formada pela Escola de Teatro do Conservatório, destacamos o desempenho de Rosa, no filme «Cidade Branca» de Alain Tanner, o papel de Maria na adaptação «Ninguém», da peça de teatro de Almeida Garrett, «Frei Luís de Sousa», e a representação com «Os Cómicos», da peça «A Guarda» de Beniamino Jopollo.

PINTO À PISTOLA

Frig., Máq. Lavar, etc. Ao Domicílio. Lisboa e arredores. Tel. 231 37 70 — Sócio 7700

AINDA SOBRE O XV CONGRESSO MUNDIAL DA REHABILITATION INTERNATIONAL

NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES PODERÁ SER MAIS FÁCIL

São passados mais de três meses sobre a realização, em Lisboa, do XV Congresso Mundial da Rehabilitation International, a que bastante desenvolvidamente nos temos referido no «Elo», e os seus reflexos, na sociedade portuguesa, são pouco ou nada notados.

Para além do espectáculo, da cerimónia, da fachada, pouco ficou. Tudo se diluiu e esqueceu. O conteúdo das decisões não transpareceu para a população nem para os próprios deficientes. A sociedade portuguesa, ignorando o que neste congresso se discutiu, continua a lidar tão erradamente com os seus deficientes como dantes. Isto, não obstante o assunto central do congresso ter sido, exactamente, a relação entre os deficientes e a sociedade. E é que, sobre este domínio, sempre se avançou algo de positivo, quanto a métodos ultrapassados. Mas nós, população portuguesa, deficiente e não deficiente, ficámos na mesma.

Os órgãos de informação, que tão pobremente trataram este assunto na altura, não o retomaram. As entidades competentes, incluindo o próprio Secretariado Nacional de Reabilitação, não tomaram qualquer iniciativa para projectar as discussões fechadas do congresso, por ventura melhorando-as e enriquecendo-as, no público, entre as pessoas deficientes e não deficientes. As Associações de deficientes, incluindo a própria ADFA, também não esboçaram qualquer movimento



Um aspecto do congresso

para provocar uma discussão pública.

A forma como o congresso decorreu, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, também contribuiu para que as decisões não se projectassem no exterior. Todos os debates tiveram lugar sob o signo de um tecnicismo pesado, orientados por técnicos e destinados essencialmente a técnicos, pressupondo sempre os deficientes como utentes da reabilitação, seu objecto e nunca agentes, como, de facto, devem ser.

Depois o congresso terminou sem conclusões explícitas e ainda hoje se continua a aguardar a prometida brochura com essas mesmas conclusões.

Mas, apesar de tudo, a análise realizada apontou determinadas pistas que interessaria, posteriormente, explorar. Por isso que é de lamentar que se tenha ignorado tão generalizadamente o que no congresso foi discutido. Os próprios métodos e perspectivas mais ultrapassados são um bom ponto de partida para uma posterior discussão.

No último número do «Elo» realçámos e valorizámos uma frase que foi ouvida no congresso — «A deficiência está nos olhos dos outros». Dissemos, então, que se poderia considerar — os diversos temas do congresso — informação, sensibilização, mudança de atitudes, mudança de com-

portamentos, etc. — como organizando-se à volta desta ideia central. E dissemos que esta máxima, lançada durante uma reunião especializada, não foi desenvolvida nem explorada, constituindo, conjuntamente com algumas outras passagens relâmpago, uma janela que se entreabriu e, por momentos, deixou ver possíveis discursos futuros sobre os problemas dos deficientes, mais centrados nas verdadeiras causas em que assenta a marginalização.

É, por exemplo, através desta janela, entreaberta no congresso, que a problemática dos deficientes poderá ser vista, em termos de futuro. Um futuro que não poderá ser exactamente igual ao passado, nem sequer ao presente, já que tanto num como noutro a tônica tem sido a marginalização e não a integração social.

Desta feliz afirmação de que a deficiência está nos olhos dos outros poderíamos partir para outras, como: não se deve adaptar apenas o deficiente ao mundo, mas também o mundo ao deficiente. É que o desenvolvimento das capacidades restantes tem sido um mito que, levado para além de um limite, pode ser mesmo negativo, provocando desequilíbrios, sobretudo por o deficiente não ver compreendido o seu esforço pelos outros, que, apesar disso, continuam a marginalizá-lo e a ver nele apenas a parte deficiente.

A sociedade industrial tornou extensiva a sua produção de objectos e materiais estandardizados ao comportamento humano. As escolas têm funcionado como autênticas fábricas, produzindo cidadãos estandardizados e normalizados para o trabalho. O homem tipo, o homem padrão, criado pela revolução industrial há três séculos, pressupõe um determinado grau de capacidade intelectual e física.

As pessoas com uma deficiência, que não podem ser medidas por esta bitola, constituíram multidões de marginalizados sem possibilidade de enfileirarem nos exércitos de trabalhadores. Para aí chegar tem sido necessário fazer um apelo às capacidades restantes, supervalorizando-as, num esforço muitas vezes inglório, a que se tem chamado reabilitação.

A reabilitação não tem obtido, até aqui, o êxito esperado, porque tem actuado num único sentido — a exploração das capacidades restantes dos deficientes. Há que orientar a reabilitação também noutra direcção, no sentido da atitude dos outros perante os deficientes. A reabilitação terá também que explorar as capacidades da sociedade e do mundo para se adaptarem aos deficientes. Com a reabilitação a actuar, simultaneamente, nestes dois sentidos, obter-se-ia o possível encontro ideal entre os deficientes e a sociedade.

Se o mundo fosse habitado por pessoas, na sua maioria, com capacidades iguais às das agora consideradas deficientes e depois existissem outros habitantes com capacidades muito mais reduzidas, os primeiros seriam os normais, o tipo padrão, e os últimos os marginalizados. Isto é, o mundo seria organizado à medida daqueles.

De facto, o mundo pode perfeitamente ser habitado por todo o tipo de pessoas, pode ser organizado à medida de todos, com maiores ou menores capacidades, em toda a sua diversidade, havendo lugar para todos se sentirem felizes e realizados.

Equacionar a integração social num único sentido, o tradicional, é, pois, estarmos de costas para o futuro. Um futuro em que a reabilitação nos dois sentidos não é utópica, antes, à luz dos conhecimentos actuais e da ideia que se vai desenvol-

vendo do novo tipo de sociedade, é realista, possível, viável e mesmo necessária.

A sociedade pós-industrial, graças ao desenvolvimento tecnológico nunca pensado, começa a oferecer condições para que todo o tipo de pessoas nela tenha o mesmo estatuto. Estamos a entrar na era em que a estandardização, a padronização perderão todo o seu valor e oportunidade, dando lugar à diversidade, tão importante para enriquecer o todo, necessariamente dependente de todas as partes.

A reabilitação, a actuar também no sentido de adaptar o mundo ao deficiente, poderá, no futuro, ver tão coroado de êxito o seu esforço, como o viu frustrado no passado ao tentar exclusivamente adaptar o deficiente ao mundo.

Um maior número de tarefas e actividades profissionais disponíveis e a não necessidade de uma preparação física e intelectual tão rígida e homogénea permitirão que os deficientes se integrem na vida produtiva com maior facilidade. Paralelamente, uma maior disponibilidade das pessoas menos escravas da produção, para reflectirem sobre os valores da vida e do homem e sobre elas próprias, permitirão uma valorização do ser humano, compreendendo quão ridículo é marginalizar as pessoas que física ou mentalmente não estão afetadas por uma certa medida padrão.

Esta será, talvez, uma visão demasiado optimista do futuro. Sobretudo no nosso país, onde nos deslumbramos ainda com as maravilhas da era industrial, procurando imitar o passado dos outros. Mas será, de qualquer modo, neste sentido que se orientar, quanto mais não seja, para já, para alimentar a esperança dos que no dia a dia se vêem desclassificados na grande maratona da vida.

DEMITIDO O TESOUREIRO DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

António Manuel Monforte Calheiros da Cunha foi demitido de tesoureiro do Secretariado Nacional de Reabilitação, conforme revelou em 14 de Agosto o gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado, por ter sido responsabilizado por «irregularidades graves cometidas no desempenho das suas funções».

Aquele funcionário desempenhava a tarefa de tesoureiro no SNR desde Fevereiro de 1980, tendo sido suspenso em Novembro de 1983 por suspeita de irregu-

laridades, tendo sido levantado o processo disciplinar pela actual Secretário Nacional de Reabilitação, inspector Bobela Mota. Decorreu um inquérito e respectiva peritagem que confirmou dolos acumulados no valor de quatro mil contos, iniciados desde os últimos meses de 1981. Problemas de organização do SNR terão permitido que os dolos se prolongassem por um período de tempo relativamente longo, estando a decorrer um processo crime junto da Polícia Judiciária.

LEI ORGÂNICA DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO NO CONSELHO DE MINISTROS

Através de contacto directo com o Secretário Nacional de Reabilitação, Bobela da Mota, em finais de Agosto, a Direcção da ADFA soube que o projecto de lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação já foi entregue ao Conselho de Ministros. A Presidência do Conselho de Ministros terá apenas que recolher os pareceres dos vários ministérios interessados, a fim de depois ser apreciado o projecto pelo Conselho de Ministros.

A elaboração deste projecto, um processo moroso (desde praticamente a tomada de posse do actual Secretário Nacional de Reabilitação, há cerca de um ano), que tem sido seguida com a maior atenção pelo

«Elo», contou com a participação activa das Associações de Deficientes, cujas propostas e sugestões foram levadas na devida consideração.

A ADFA empenhou-se muito particularmente neste processo, tendo fornecido ao Secretariado, por mais que uma vez, a sua posição face às diferentes fases por que o projecto foi passando. E foi com satisfação que viu previstas na versão final alguns aspectos que sempre considerou fundamentais e pelos quais pugnou.

Terminada que está a fase de elaboração, tudo depende agora da vontade política do Governo para aprovar ou não esta lei. Espera-se que não haja qualquer

problema, já que o seu conteúdo se encontra em consonância com o discurso de tomada de posse, há um ano, do Secretário Nacional de Reabilitação e com o próprio programa do Governo.

Espera-se, ao mesmo tempo, que a aprovação de nova lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação torne igualmente claro perante o Governo e especialmente perante o Ministério da Defesa Nacional a necessidade de recriação da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA), órgão fundamental para o tratamento dos problemas específicos dos Deficientes das Forças Armadas, de ordem reabilitacional e assistencial, no âmbito da instituição militar.